

INSTAURAÇÃO / AUTUAÇÃO	LICITAÇÃO
<p>Nos termos do artigo da Lei Federal nº 14.133/2021, instauro o presente processo licitatório e promovo a autuação dos documentos que o instruem.</p> <p>Para constar lavrei o presente termo. 08 de agosto de 2024.</p>	<p><u>PROCESSO: 05/2024</u></p> <p><u>MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 02/2024.</u></p> <p><u>PASTA: 01</u></p>

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA A EVENTUAL AQUISIÇÃO DE CESTAS DE NATAL A SEREM DISTRIBUÍDAS PARA OS FUNCIONÁRIOS DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DA REGIÃO CENTRAL DE MINAS GERAIS E DOS MUNICÍPIOS CONSORCIADOS.

RECURSOS

ORÇAMENTÁRIOS:

DOTAÇÃO:

MODALIDADE

- CONCORRÊNCIA TOMADA DE PREÇO CONVITE
- LEILÃO PREGÃO PRESENCIAL INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO
- DISPENSA DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO ADESÃO

LEGISLAÇÃO REGENTE

a) Lei Federal nº 14.133/2021

CONSÓRCIO MUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DA REGIÃO CENTRAL DE MINAS GERAIS - CIMCENTRAL

PORTARIA Nº 01/2024

DISPÕE SOBRE A DESIGNAÇÃO DO AGENTE DE CONTRATAÇÕES E DA EQUIPE DE APOIO PARA CONDUÇÃO DOS PROCESSOS DE LICITAÇÃO REALIZADOS PELO CONSÓRCIO PÚBLICO.

O Presidente do Consórcio Municipal Multifinalitário da Região Central de Minas Gerais - CIMCENTRAL, **JOCIMAR CÉSAR BRANDÃO**, no uso das atribuições que lhe confere o Estatuto do CIMCENTRAL e de acordo com o disposto na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, resolve:

Art. 1º Designar **CRISTIAN FELIX TEIXEIRA**, inscrito no CPF sob o nº 116.579.666-07, para atuar como **Agente de Contratações** no âmbito do Consórcio Municipal Multifinalitário da Região Central de Minas Gerais - CIMCENTRAL.

Art. 2º Designar **LUCAS JOSÉ BARRETO DIAS**, inscrito no CPF sob o nº 104.852.766-23, e **CLÉBER APARECIDO DE SOUZA SILVA**, inscrito no CPF sob o nº 534.845.336-68, para atuarem como membros da **Equipe de Apoio** do Agente de Contratações.

Art. 3º O Agente de Contratações e a Equipe de Apoio designados por esta Portaria exercerão suas funções conforme as atribuições estabelecidas nos artigos 8º e 7º da Lei nº 14.133/2021, que regulamentam, respectivamente, a designação do agente de contratações e a constituição da equipe de apoio, responsáveis pela condução das licitações e contratações no âmbito do consórcio.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sete Lagoas - MG, 05 de setembro de 2024.

Jocimar César Brandão
Presidente do CIMCENTRAL

Sete Lagoas, 9 de outubro de 2024.

REQUISIÇÃO

Setor Requisitante: Consórcio Multifinalitário da Região Central de Minas Gerais (CIMCENTRAL)

Objeto: REGISTRO DE PREÇO PARA A EVENTUAL AQUISIÇÃO DE CESTAS DE NATAL A SEREM DISTRIBUÍDAS PARA OS FUNCIONÁRIOS DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DA REGIÃO CENTRAL DE MINAS GERAIS E DOS MUNICÍPIOS CONSORCIADOS, conforme especificações e condições descritas no instrumento convocatório e seus anexos.

Justificativa: A atividade do consórcio público tem como objetivo primordial o desenvolvimento regional e elaboração de compras públicas de forma eficiente, atendendo aos princípios e normativas vigentes. Dessa forma, tornou-se necessário um levantamento das demandas corriqueiras das administrações públicas consorciadas, restando certo que o objeto do presente processo visa atender necessidades de rotina, além de possibilitar o aparelhamento Municipal em itens que poderão ser utilizados através do sistema de registro de preços.

Com efeito, é certo que oferecer cestas de natal para os funcionários é uma forma de demonstrar apreço, respeito e consideração pelo esforço e pela dedicação de cada um. Essa atitude pode aumentar a satisfação e a motivação dos colaboradores, que se sentem mais valorizados e reconhecidos pela prefeitura, podendo gerar mais engajamento e comprometimento com os objetivos da gestão pública municipal.

A imagem que uma organização transmite como empregadora, tanto para seus atuais funcionários quanto para os potenciais, deve sempre ser fortalecida. O ato de oferecer cestas de natal para os funcionários das prefeituras fortalece esta imagem, pois mostra que a instituição se preocupa com o bem-estar e a qualidade de vida dos seus colaboradores, podendo melhorar a reputação da prefeitura, atraindo e retraindo talentos.

Ao oferecer cestas de natal para os seus funcionários, a prefeitura estimula a inclusão social e a cidadania dos seus colaboradores, pois possibilita que eles e suas famílias tenham acesso a produtos alimentícios de qualidade e possam celebrar o final do ano com dignidade e alegria.

Não se pode perder de vista, também, que o clima organizacional é um conjunto de percepções, sentimentos e atitudes que os funcionários têm em relação ao ambiente de

trabalho. Um bom clima organizacional pode influenciar positivamente o desempenho, a criatividade, a inovação e a cooperação dos colaboradores. Distribuindo cestas de natal para os seus funcionários, a prefeitura melhora o clima organizacional, criando um ambiente mais harmônico, cordial e solidário.

O final do ano é uma época de celebração, de gratidão e de reconhecimento pelo trabalho realizado ao longo dos meses. Nesse sentido, uma prefeitura que se preocupa com o bem-estar e a valorização dos seus funcionários, pode investir na aquisição de cestas de natal para presentear seus colaboradores.

Neste contexto, solicito que seja aberto procedimento licitatório para futura aquisição de cestas de natal para atendimento às demandas dos municípios consorciados ao CIMCENTRAL.

Isto posto, vale ressaltar, ainda, as vantagens de se utilizar o sistema de registro de preços, independente de previsão orçamentária, isso porque não há a obrigatoriedade da compra imediata, ante a imprevisibilidade de consumo, pois como não há a obrigatoriedade da contratação, a administração poderá efetivar a contratação somente quando houver a disponibilidade financeira.

O quantitativo estimado na presente contratação refere-se à demanda dos Municípios consorciados, bem como uma demanda a ser criada pelo plano de expansão dos municípios pretendidos pelo Consórcio. A meta da atual diretoria é dobrar o número de municípios consorciados e uma forma de atraí-los é a possibilidade de se utilizar de Atas de Registros de Preços com preços adequados e contratos bem formatados.

Assim, os quantitativos propostos levam em consideração tais possibilidades, garantindo uma demanda de curto prazo, tanto para os Municípios consorciados, quanto para a utilização da Diretoria como atrativo para o plano de expansão do Consórcio.

Dotação Orçamentária: As despesas referentes às execuções dos serviços, objeto da presente licitação, caso sejam contratadas, serão empenhadas nas dotações orçamentárias do orçamento dos Municípios Consorciados, vigente à época da contratação.

Cléber Aparecido de Souza Silva

Secretário Executivo

ABERTURA DE PROCESSO LICITATÓRIO

Senhor Presidente,

Ocorrendo a necessidade de abertura de processo licitatório, na modalidade pregão eletrônico, cujo objeto é a **REGISTRO DE PREÇO PARA A EVENTUAL AQUISIÇÃO DE CESTAS DE NATAL A SEREM DISTRIBUÍDAS PARA OS FUNCIONÁRIOS DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DA REGIÃO CENTRAL DE MINAS GERAIS E DOS MUNICÍPIOS CONSORCIADOS**, solicito de Vossa Senhoria que seja autorizada a abertura do certame licitatório nos moldes da legislação aplicada ao caso, qual seja, a Lei Federal nº 14.133/2021.

Sete Lagoas - MG, 9 de outubro de 2024.

Cléber Aparecido de Souza Silva

Secretário Executivo

AUTORIZAÇÃO

Visando atender aos objetivos dos CIMCENTRAL, que solicita autorização para instaurar processo licitatório para contratação do objeto acima referenciado, consigno que a despesa decorrente do objeto a ser licitado correrá por conta da dotação orçamentária constante no orçamento para o exercício em curso, que é suficiente para fazer face à necessidade de empenho para o exercício, havendo adequação orçamentária e financeira com o orçamento aprovado.

Nos termos da Lei Federal n.º 14.133/2021, autorizo a abertura do certame licitatório na modalidade acima indicada e desde já determino que seja o presente processo autuado e numerado e tão logo minutado o edital que o mesmo seja submetido ao crivo da assessoria jurídica lotada no Setor de Licitações deste Consórcio que emitirá parecer a respeito da legalidade de suas cláusulas.

Prudente de Morais - MG, 9 de outubro de 2024.

JOCIMAR CÉSAR BRANDÃO

Presidente do CIMCENTRAL

AUTUAÇÃO

Aos 9 (nove) dias do mês de outubro de 2024 (dois mil e vinte e quatro), no Setor de Licitações do Consórcio Intermunicipal Multifinalitário da Região Central de Minas Gerais - CIMCENTRAL – Sete Lagoas MG, autuo os documentos referentes ao Processo Licitatório nº 05/2024, instaurado na modalidade Pregão Eletrônico nº 02/2024, que adiante segue devidamente numerado em ordem crescente e cronológica. E para constar fiz esta autuação. Eu, Cléber Aparecido de Souza Silva, subscrevo. _____.

PROCESSO LICITATÓRIO 04/2024

NOTA EXPLICATIVA DE LEVANTAMENTO DE DEMANDA

O Consórcio Multifinalitário da Região Central de Minas Gerais (CIMCENTRAL) foi estabelecido por 17 (dezessete) municípios, sendo eles: Prudente de Moraes, Capim Branco, Santana do Pirapama, Cordisburgo, Funilândia, Inhaúma, Paraopeba, Cachoeira da Prata, Caetanópolis, Jequitibá, Baldim, Santana do Riacho, Papagaios, Fortuna de Minas e Sete Lagoas.

A atual administração do CIMCENTRAL vem propor um projeto onde, além de dar força à atividade inicial pretendida, elevará gradualmente o número de consorciados ao longo da existência deste órgão. Tal proposta visa trazer, num primeiro momento, uma condição atraente para seus associados, fato que nenhum consórcio multifinalitário consegue com pouco mais de uma dezena de pequenos municípios.

Mantendo-se a estrutura nos termos associativos em que se encontra, não há recursos financeiros nem mesmo para a manutenção básica do Consórcio, tais como despesas de aluguel, telefone, informática, pessoal, energia etc. Então o que se propõe é uma restauração da Instituição, buscando um incremento no número de consorciados para que possamos num prazo de 2 (dois) anos atingir pelo menos o número de 50 (cinquenta) municípios consorciados. Projetaremos um estudo de serviços a serem prestados entre os consorciados (rateio), que trará uma especialização técnica e administrativa para os municípios e, finalmente, buscaremos nas atividades acessórias a formatação de outros recursos financeiros a fim de não onerar os Municípios com despesas fixas mínimas.

Há projeção de angariar receitas exclusivamente junto aos trabalhos realizados pelo Consórcio. Para tanto, utilizaremos a própria Lei n. 11.107, de 06 de abril de 2005, que dispõe sobre normas gerais de contratação de consórcios públicos, especialmente em seu art. 2º, § 2º que permite aos consórcios públicos *“exercer atividades de arrecadação de tarifas e outros preços públicos pela prestação de serviços”*.

Diante de tal premissa, o CIMCENTRAL buscou a contratação de empresa especializada no ramo de contratos e licitações, que vem estabelecendo um programa interno de reformulação estrutural da entidade, buscando, em síntese, a prestação de serviços de assessoria e consultoria administrativa, conjugada com a implementação de sistema de gestão de Atas de Registros de Preços, capaz de fazer o gerenciamento de toda a execução dos processos realizados pelo CIMCENTRAL, que possa ser considerada atrativa para todas as cidades do estado e até do país. O que se propõe é trazer segurança jurídica nos procedimentos e demonstrativos de prestação de contas, tanto da demanda dos serviços licitados, quanto das possíveis atas que possam ser disponibilizadas a possíveis adesionistas. Tal ferramenta será capaz de otimizar o controle dos processos realizados pelo Consórcio através de um portal eletrônico do CIMCENTRAL. Tal fato

fará com que todos os órgãos participantes, empresas licitantes e as adjudicatárias de objetos, bem como órgãos fiscalizadores e população atendida possam ter plena confiança nos trabalhos realizados pelo CIMCENTRAL e conseqüentemente haverá a possibilidade de incremento do número de consorciados.

Assim, num moto-contínuo virtuoso, a transparência que ora se busca nos trabalhos a serem praticados a partir de então, trará mais interessados, nos dois lados da mesa, ou seja, de entidades públicas (consorciados) e de empresas dos variados ramos de atividades a serem disponibilizadas pelo CIMCENTRAL.

Entretanto, para que tenhamos uma possibilidade de crescimento administrativo do CIMCENTRAL, devemos oportunizar novas vertentes de atuação e de objetos aos municípios, mas não podemos inicialmente levar em consideração um pacto de demanda unicamente dos municípios atuantes. É preciso que nesta conjuntura pensemos em nossa meta de crescimento de ofertas de objetivos e demandas para que outros municípios se interessem em fazer parte do Consórcio e, assim, promover o que se pretende.

O sistema a ser implantado estabelecerá através de painel a interação entre o CIMCENTRAL e os Consorciados, promovendo uma gestão coletiva a fim de alcançar a melhor prestação de serviços de que se propõe o Consórcio, proporcionando maior transparência e *accountability* de suas ações.

O sistema de gestão de Atas de Registros de Preços será baseado no banco de dados provenientes das informações dos processos realizados pelo Consórcio, seguindo as normativas estabelecidas na Lei Federal nº 14.133/21, além das Instruções Normativas do Tribunal de Contas de Minas Gerais e demais legislações acerca do tema.

Tal sistema de controle e efetivação de demanda, quando em pleno funcionamento trará uma realidade aproximada de toda a demanda, bem como uma uniformização de objetos que fará com que o interesse público seja muito próximo das licitações a serem processadas no futuro, colaborando valorosamente para a eficiência da gestão municipal.

No entanto, nesta oportunidade a demanda que se exprime conjuntamente deverá ser processada caso a caso, ou seja, em cada procedimento licitatório, levando em consideração o estudo empírico dos serviços já prestados, o quantitativo que os municípios consorciados já se utilizaram dos bens e serviços a serem licitados e disponibilizados e ainda um levantamento de possível demanda de municípios, onde haverá a prospecção de novos municípios interessados.

Há necessidade de que possamos ofertar, nesta fase, onde se pretende ampliar a atuação do Consórcio, uma carteira de serviços real e não somente uma promessa de futura execução. Assim, o trabalho de envolvimento de outros entes públicos será mais natural e desenvolvido, uma vez que a possível demanda dos prováveis novos consorciados já poderão estar disponibilizadas.

Inúmeras são as razões técnicas, operacionais, metodológicas e conceituais do ramo da administração que determinam a necessidade de que haja uma ampliação de mercado de qualquer empresa.

Também se faz importante destacarmos que uma elevada quantidade de produtos e serviços disponibilizados serve para entregar ao consumidor final (Consorticiados) um melhor e mais adequado objeto.

O objetivo da presente contratação é o REGISTRO DE PREÇO PARA A EVENTUAL AQUISIÇÃO DE CESTAS DE NATAL A SEREM DISTRIBUÍDAS PARA OS FUNCIONÁRIOS DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DA REGIÃO CENTRAL DE MINAS GERAIS E DOS MUNICÍPIOS CONSORCIADOS.

A realização de uma licitação em conjunto por meio do Consórcio Multifinalitário visa à obtenção de melhores condições de preço, prazo e qualidade, devido ao maior volume de aquisição. Além disso, a centralização da compra permitirá uma maior uniformidade no atendimento das demandas, bem como uma economia significativa para os municípios consorticiados.

Por todo o exposto, apresentamos o Edital de Licitação em questão com o seu objeto e quantitativo definidos pelo seu Termo de Referência, otimizando a demanda para atendimento dos já consorticiados e outros possíveis

Sete Lagoas, 9 de outubro de 2024

Jocimar César Brandão

Presidente do CIMCENTRAL

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR – PREGÃO PARA REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE CESTAS DE NATAL

1. Identificação da Demanda

O Consórcio Intermunicipal Multifinalitário da Região Central de Minas Gerais - CIMCENTRAL, juntamente com os Municípios consorciados, pretende realizar a aquisição de cestas de Natal para distribuição aos funcionários do CIMCENTRAL e dos Municípios participantes. O objetivo é registrar preços para essa aquisição, válida por 12 (doze) meses, visando à entrega dessas cestas no final do ano, como parte da política de valorização dos colaboradores.

2. Objeto

A licitação tem como objeto o registro de preços para a eventual aquisição de cestas de Natal, as quais deverão conter produtos alimentícios e itens de utilidade doméstica (como bolsa térmica e sacola reutilizável), conforme especificado no termo de referência.

3. Justificativa da Contratação

A aquisição das cestas de Natal visa atender à política de incentivo e valorização dos colaboradores, reconhecendo seus esforços e proporcionando um benefício material de grande valor simbólico e social. Além disso, a compra centralizada pelo consórcio permite maior eficiência e economia de escala, contribuindo para uma gestão pública eficiente.

4. Fundamentação Legal

A presente licitação será realizada na modalidade de Pregão, em sua forma eletrônica, nos termos do art. 6º, inciso XXXVIII da Lei Federal n.º 14.133/2021, que dispõe sobre a nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos, e será regida, também, pelos seguintes princípios:

- Publicidade e Competitividade (art. 5º, incisos I e III): O processo licitatório deverá garantir ampla divulgação e oportunidade de participação de todos os potenciais fornecedores.
- Eficiência e Economia (art. 5º, inciso V): A compra através de registro de preços possibilita a otimização dos recursos públicos, uma vez que a contratação será feita conforme a necessidade, evitando compras excessivas ou insuficientes.

- Sustentabilidade (art. 11): A inclusão de sacola reutilizável é uma ação alinhada aos princípios de sustentabilidade, promovendo práticas que reduzem o uso de materiais descartáveis.

5. Necessidade da Licitação

A aquisição centralizada pelo CIMCENTRAL para os Municípios participantes possibilita ganhos de escala, garantindo melhor qualidade dos itens adquiridos a preços mais competitivos. A modalidade de registro de preços é ideal para essa aquisição, pois permite maior flexibilidade na entrega das cestas, atendendo à demanda conforme ela surgir ao longo dos 12 meses de vigência.

6. Especificações Técnicas dos Produtos

Os itens das cestas deverão seguir as especificações detalhadas no termo de referência, abrangendo tanto produtos alimentícios quanto itens de utilidade doméstica. Todos os produtos deverão:

- Estar dentro do prazo de validade, com embalagens íntegras e rotuladas com informações sobre data de fabricação, validade e conteúdo.
- Ser de marcas reconhecidas ou de qualidade igual ou superior, conforme detalhado.

Itens principais:

- Produtos alimentícios diversos (ex: azeitonas, panetone, molho de tomate, atum, refrigerante, etc.);
- Itens de utilidade doméstica (ex: bolsa térmica e sacola reutilizável).

7. Estimativa de Valor

A pesquisa de preços foi realizada com base nos valores de mercado atualizados, coletados em fornecedores de produtos alimentícios e utensílios diversos, considerando o volume e as especificações exigidas.

A metodologia empregada para a estimativa de preços seguiu os parâmetros estabelecidos pelo art. 23 da Lei 14.133/2021, de modo a garantir o respeito à economicidade e à realidade orçamentária do consórcio e dos municípios consorciados.

8. Benefícios da Licitação via Pregão Eletrônico

O pregão eletrônico é a modalidade que melhor atende às necessidades deste processo, uma vez que proporciona:

- Ampla participação de fornecedores, aumentando a competitividade e a obtenção de melhores preços.
- Celeridade no processo licitatório, essencial para garantir a entrega das cestas até o final do ano.
- Transparência, com possibilidade de acompanhamento público em todas as fases da licitação, conforme os preceitos da Lei 14.133/2021.

9. Gestão do Contrato e Critérios de Sustentabilidade

Além dos critérios já mencionados quanto à sustentabilidade, será essencial estabelecer cláusulas contratuais claras e objetivas, conforme o art. 103 da Lei 14.133/2021, para garantir a qualidade e o cumprimento dos prazos e das especificações técnicas dos produtos.

O prazo de vigência do contrato será de 12 meses, conforme o registro de preços, e sua execução será monitorada pela equipe do CIMCENTRAL, que deverá atestar a conformidade dos produtos e gerenciar as entregas em conformidade com as requisições dos municípios.

10. Considerações Finais

Diante da importância da valorização dos servidores, aliada ao compromisso com a eficiência e transparência na gestão pública, justifica-se a realização do presente processo licitatório, com base na Lei 14.133/2021, para aquisição de cestas de Natal. O processo será realizado através de pregão eletrônico, com registro de preços, de forma a garantir o melhor aproveitamento dos recursos públicos e a satisfação das necessidades dos municípios participantes.

Cléber Aparecido de Souza Silva

Secretário Executivo

TERMO DE REFERÊNCIA

1. INFORMAÇÕES BÁSICAS

Área Requisitante: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DA REGIÃO CENTRAL DE MINAS GERAIS – CIMCENTRAL e seus Municípios participantes.

2. NOTA EXPLICATIVA DE LEVANTAMENTO DE DEMANDA

Em anexo.

3. OBJETO

Registro de preço para a eventual Aquisição de cestas de natal a serem distribuídas no final do ano para os funcionários do CIMCENTRAL e dos Municípios consorciados, no período de 12 (doze) meses, conforme especificações mínimas e quantidades estabelecidas abaixo:

Lote	Descrição	Quant.	Valor médio	Valor total
01	Protect bag.	30.000		
	Caixa embarque.			
	Sacola importada reutilizável shopping bag.			
	Maionese com ovos, tradicional, sem corantes e aromas artificiais, sachê 200 gramas, embalagem contendo dados de identificação, data de fabricação e prazo de validade.			
	Azeitona verde sem caroço, salmoura (água e sal), pacote de 120 gramas, embalagem contendo dados de identificação, data de fabricação e prazo de validade.			
	Tapioca 500 gr.			
	Massa para lasanha, direto ao forno, com ovos, pacote de 200 gramas, embalagem contendo dados de identificação, data de fabricação e prazo			

de validade.			
Castanha de caju, pacote de 30 gramas, embalagem contendo dados de identificação, data de fabricação e prazo de validade.			
Molho de tomate tradicional, sachê de 300 gramas, embalagem contendo dados de identificação, data de fabricação e prazo de validade.			
Creme de leite, conteúdo líquido 200 gramas, embalagem contendo dados de identificação, data de fabricação e prazo de validade.			
Doce de leite pastoso, tradicional, 500 gramas, embalagem contendo dados de identificação, data de fabricação e prazo de validade.			
Coco ralado em flocos, embalagem de 100 gramas, embalagem contendo dados de identificação, data de fabricação e prazo de validade.			
Milho verde em conserva, embalagem original com 175 gramas, embalagem contendo dados de identificação, data de fabricação e prazo de validade.			
Leite condensado, 395 gramas, embalagem contendo dados de identificação, data de fabricação e prazo de validade.			
Biscoito wafer, sabor chocolate, 100 gramas, embalagem contendo dados de identificação, data de fabricação e prazo de validade.			
Caixa de bombom, 250 gramas, contendo bombons variados como: bombons recheados com coco, bombons de chocolate ao leite, bombons de chocolate ao leite aerado, bombons de chocolate branco com recheio de chocolate branco, bombons de chocolate recheado com leite maltado, bombons de chocolate recheado com			

<p>amendoim caramelizado, bombons de chocolate com recheio sabor morango, bombons recheados cobertos com flocos e chocolate, bombons recheados cobertos com flocos e chocolate branco. Embalagem contendo dados de identificação, data de fabricação e prazo de validade.</p>			
<p>Panetone com recheio, sabor chocolate com avelã, gotas, cobertura e risca sabor chocolate, 500 gramas. Similar ou superior a Bauducco. Embalagem contendo dados de identificação, data de fabricação e prazo de validade.</p>			
<p>Biscoito de champagne, 150 gramas, tradicional, com açúcar cristal, embalagem contendo dados de identificação, data de fabricação e prazo de validade.</p>			
<p>Atum ralado mínimo de 150 gramas.</p>			
<p>Uvas passas sem sementes, 100 gramas. Embalagem contendo dados de identificação, data de fabricação e prazo de validade.</p>			
<p>Batata palha extra fina, 100 gramas. Embalagem contendo dados de identificação, data de fabricação e prazo de validade.</p>			
<p>Salaminho tipo italiano, fatiado, 100 gramas. Embalagem contendo dados de identificação, data de fabricação e prazo de validade.</p>			
<p>Pão de mel 180 gramas.</p>			
<p>Pêssego em caldas, 450 gramas, composto por: pêssegos em metades, água, açúcar, xarope de glicose, frutose e acidulante ácido cítrico. Não contém glúten. Embalagem contendo dados de identificação, data de fabricação e prazo de validade.</p>			
<p>Farofa de mandioca temperada, pronta para servir, 300 gramas. Não contém glúten. Não contém</p>			

	conservantes. Embalagem contendo dados de identificação, data de fabricação e prazo de validade.			
	Palmito picado 300 gramas.			
	Refrigerante de cola, igual ou superior a Coca-Cola, 1,5 litros. Embalagem contendo dados de identificação, data de fabricação e prazo de validade.			
	Creme de avelã com cacau tradicional. Pote de 140 gramas. Embalagem contendo dados de identificação, data de fabricação e prazo de validade.			
	Queijo parmesão ralado 50 gramas.			
02	Ave supreme/Chester temperada, peso variável de 3 a 3,6 kg.	30.000		
	Nuggets 300 gramas.			
	Torta de tender com cream cheese e alho poró, 500 gramas.			
	Linguíça mista cozida defumada 215 gramas.			
	Bolsa térmica, modelo tipo carteiro, capacidade 14 litros.			

A existência de preço registrado não obriga a Contratante a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a contratação pretendida, sendo assegurada ao beneficiário do Registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições

4. JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

É lícita a concessão de cestas de natal para os servidores públicos, desde que obedecidos os princípios constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade e razoabilidade, haja previsão legislativa e prévia dotação orçamentária.

Essa concessão constitui uma complementação ou vantagem *in natura* e se faz aceitável, pois, preenchidos os requisitos, configura uma medida de valorização do servidor.

Para levantamento do quantitativo, foi considerado o número de servidores do consórcio e municípios consorciados. A contratação se dará por registro de preços uma vez que não se tem o quantitativo exato definido previamente a ser adquirido/contratado pelo ente, se enquadrando nos regramentos legais existentes, sendo que o SRP, possibilita maior economia de escala, uma vez que outros órgãos e entidades podem participar da mesma ARP, adquirindo em conjunto produtos ou serviços, atendendo assim ao princípio da Economicidade, aumenta a eficiência administrativa, pois promove a redução do número de licitações e dos custos operacionais durante o exercício financeiro, possibilita ainda a otimização dos processos de contratação de bens e serviços pela Administração, possibilita também que o fornecimento possa ocorrer somente quando surgir a necessidade em se adquirir os itens registrados, não obriga a adquirir os itens registrados, quer seja em suas quantidades parciais ou totais.

A presente ata de registro, será celebrada conforme especificações, quantidades e condições presentes neste termo de referência, com o CIMCENTRAL, por um período de 12 (doze) meses.

5. FORMA, PRAZO E LOCAL

O fornecimento será efetuado de acordo com a necessidade do órgão (parcelado, integral, etc.), com prazo de entrega não superior a 10 (dez) dias, contados a partir do recebimento da Nota de Empenho, Ordem de fornecimento, Nota fiscal ou da assinatura do instrumento de contrato, se for o caso.

No caso de produtos perecíveis, o prazo de validade na data da entrega não poderá ser inferior a 90 (noventa) dias do prazo total recomendado pelo fabricante.

Os bens relacionados ao CIMCENTRAL deverão ser entregues na sede do órgão, conforme solicitação do setor requisitante. Quanto à aquisição realizada pelos municípios consorciados, a entrega deverá ser feita no local e horário informado pelos mesmos.

6. CRITÉRIOS DE RECEBIMENTO DO OBJETO

Os bens/materiais/produtos/equipamentos serão recebidos: a) Provisoriamente, a partir da entrega, para efeito de verificação da conformidade com as especificações constantes do Edital e da proposta. b) Definitivamente, após a verificação da conformidade com as

especificações constantes do Edital e da proposta, e sua consequente aceitação, que se dará até 05 (cinco) dias do recebimento provisório.

Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações contidas neste Termo de Referência e na proposta.

O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos decorrentes da incorreta execução do contrato.

O recebimento do objeto dar-se-á definitivamente no prazo de 30 (trinta) dias úteis após a conclusão, uma vez verificada a execução satisfatória dos serviços, mediante termo de recebimento definitivo, ou recibo, firmado pelo fiscal do contrato.

Em caso de irregularidade não sanada pela contratada, a contratante reduzirá a termo os fatos ocorridos para aplicação de sanções.

7. PROCEDIMENTOS DE GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

O contrato ou instrumento equivalente oriundo desta contratação terá como responsável: Cléber Aparecido de Souza Silva, Secretário Executivo.

Compete ao Fiscal do Contrato acima identificado exercer a administração do contrato, com atribuições voltadas para o controle das questões documentais da contratação, quais sejam, verificar se os recursos estão sendo empenhados, acompanhar o prazo de vigência do contrato, verificar a necessidade e possibilidade da renovação/prorrogação, bem como estudar a viabilidade de realização de reequilíbrio econômico-financeiro e da celebração dos respectivos termos aditivos, etc. Também lhe compete exercer a verificação concreta do objeto, devendo o servidor designado verificar a qualidade e procedência da prestação do objeto respectivo, encaminhar informações ao gestor do contrato, atestar documentos fiscais, exercer o relacionamento necessário com a contratada, dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato, etc.

O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou

defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade do fornecedor/prestador de serviços, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com a Lei 14.133/2021.

8. DAS CONDIÇÕES DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS/FORNECIMENTO

O fornecimento será efetuado de acordo com a necessidade do Consórcio e demais municípios consorciados, através de requisições de compras assinadas e autorizadas pelo ente, no prazo máximo de 10 dias após recebimento da Nota de Autorização de Fornecimento.

9. AMOSTRA

Poderá ser exigido do licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar que apresente amostra do(s) item(s) licitados, para a verificação da compatibilidade com as especificações deste Termo de Referência.

As amostras deverão ser entregues, em acordo com a legislação pertinente, na sede do CIMCENTRAL, na Avenida Múcio José Reis, 2.600 – Centro – 35.700-640 – Sete Lagoas – Minas Gerais, no horário de 09:00hs às 16:00hs, tendo como responsável pelo recebimento o fiscal do contrato, no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas após a solicitação do pregoeiro.

A amostra deverá estar devidamente identificada com o nome do licitante, número do Pregão, número do lote ou item, conter os respectivos prospectos e manuais, se for o caso, e dispor na embalagem de informações quanto às suas características, a saber: data de fabricação, prazo de validade, quantidade do produto, marca, número de referência, código do produto e modelo.

Os exemplares colocados à disposição da Administração serão tratados como protótipos, podendo ser manuseados, desmontados ou instalados, bem como conectados a equipamentos e submetidos aos testes necessários.

Os licitantes deverão colocar à disposição da Administração todas as condições indispensáveis à realização de testes e fornecer, sem ônus, os manuais impressos em língua portuguesa, necessários ao seu perfeito manuseio, se for o caso.

Será considerada aprovada a amostra que atender aos seguintes critérios:

Atender perfeitamente a descrição de tamanhos.

Possuir material de produção de acordo com o especificado.

Estar de acordo com as normas da ANVISA e ABNT naquilo que couber.

Será desclassificada a proposta do licitante que tiver amostra rejeitada ou não entregá-la no prazo estabelecido, mediante Laudo Técnico de análise das amostras expedido pelo setor requisitante.

Em caso de desclassificação da proposta vencedora serão solicitadas as amostras do segundo colocado e assim sucessivamente obedecida a ordem de classificação.

As amostras porventura apresentadas poderão ser retiradas pelos interessados até 30 (trinta) dias após a conclusão do procedimento licitatório, (homologação, revogação ou anulação). Decorrido esse prazo não mais poderão ser reclamadas, reservando-se o direito de utilizá-las, doá-las ou simplesmente descartá-las.

10. DOCUMENTAÇÃO

Habilitação jurídica, regularidade fiscal e trabalhista e qualificação econômico-financeira, a ser definido pelo Setor de Licitação.

11. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA, fornecido por pessoa jurídica, de direito público ou privado, em papel timbrado, que comprove a aptidão para fabricação e/ou fornecimento compatível em características e quantidades e prazos com o objeto, demonstrando que a empresa licitante executa ou executou, fornecimento de produtos da mesma natureza do ora licitado, de pelo menos 10% dos quantitativos dos itens constantes do termo de referência em anexo a este edital.

Poderão ser solicitada(s) cópia(s) de contrato(s), atestado(s), declaração(ões) ou outros documentos idôneos que comprove(m) as informações dos atestados apresentados, por meio de diligências.

Somente serão aceitos atestados de capacidade técnica expedidos após a conclusão do respectivo contrato ou decorrido no mínimo um ano do início de sua execução, exceto se houver sido firmado para ser executado em prazo inferior.

Poderão ser somados os quantitativos de atestados distintos, sendo considerado o conjunto, desde que o fornecimento tenha sido realizado no mesmo período, com vistas a atestar a capacidade operacional da empresa para desempenho de atividade pertinente e compatível com o objeto da licitação.

12. OBRIGAÇÃO DAS PARTES

OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

A Contratada obriga-se a:

Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições de qualidade, transporte e armazenamento conforme embalagem do produto, no prazo, em estrita observância das especificações do Edital e da proposta, acompanhado da respectiva nota fiscal constando detalhadamente as indicações da marca, fabricante, modelo, tipo e prazo de garantia;

Responsabilizar-se por quaisquer danos causados ao objeto enquanto o mesmo estiver nas dependências da contratada até a entrega para a Contratante;

Realizar, no caso da empresa vencedora, a entrega técnica, bem como manual de instruções e manutenção preventiva, fornecer toda a documentação técnica para futuras consultas.

Atender prontamente a quaisquer exigências dos municípios consorciados, inerentes ao objeto da presente licitação;

Comunicar aos municípios consorciados, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições autorizadas no Termo de Referência ou na minuta de contrato;

Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato.

OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

A Contratante obriga-se a:

Receber provisoriamente o objeto de locação, disponibilizando local, data e horário;

Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivos;

Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de servidor especialmente designado;

Efetuar o pagamento no prazo previsto.

13. SANÇÕES APLICÁVEIS

O descumprimento de quaisquer das cláusulas ou obrigações diretas ou indiretas decorrentes deste termo de referência poderá ensejar a aplicação das sanções previstas no respectivo Edital, Ata e/ou contrato.

14. CONDIÇÕES E FORMA DE PAGAMENTO

O pagamento será efetuado mensalmente, conforme quantitativo entregue, em até 30 (trinta) dias após a entrega do objeto, mediante apresentação da nota fiscal ou fatura hábil, acompanhada das certidões negativas, demonstrando a manutenção dos demais requisitos de habilitação.

O pagamento da Nota Fiscal fica vinculado a prévia conferência pelo fiscal do contrato.

As Notas Fiscais ou documentos que a acompanharem para fins de pagamento que apresentarem incorreções serão devolvidos à Contratada e o prazo para o pagamento passará

a correr a partir da data da reapresentação dos documentos, considerados válidos pelo Contratante.

Nas Notas Fiscais deverão vir os dados bancários completos da Contratada, sob pena de não realização do pagamento até a informação dos mesmos, de obrigação da Contratada.

Para que os pagamentos possam ser efetuados, a contratada deverá apresentar, junto a nota fiscal de produtos/serviços, a seguinte documentação: Documentos comprobatórios da regularidade fiscal e regularidade trabalhista;

Sobre o valor devido ao contratado, a Administração efetuará as retenções tributárias cabíveis.

Quanto ao ISSQN, será observado o disposto na Lei Complementar nº 116, de 2003, e legislação municipal aplicável.

É vedado ao Contratado transferir a terceiros os direitos ou créditos decorrentes do contrato.

O pagamento dos valores devidos pela prestação de serviço será efetuado pelo contratante, até o 5º (quinto) dia, a partir da data da apresentação, pela contratada, de nota fiscal ou documento equivalente como “Nota de Autorização de Fornecimento” ou “Nota de Empenho”, conforme legislação vigente e pertinente ao objeto do presente termo.

A nota fiscal ou documento equivalente (“Nota de Autorização de Fornecimento” ou “Nota de Empenho”), deverá conter o número do Processo Licitatório e do Contrato firmado a que se referem e também os dados bancários para depósito do pagamento desta, acompanhada da cópia da respectiva ordem de compra.

A contratada deverá encaminhar mensalmente ao contratante, certidões para fins de comprovação de regularidade fiscal junto a Fazenda Federal, Estadual e Municipal, além da de FGTS e Trabalhista.

Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou documento equivalente (“Nota de Autorização de Fornecimento”, “Nota de Empenho” ou “Nota Fiscal”), ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará suspenso até que a contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para o contratante.

15. PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO E ÍNDICE DE REAJUSTE VIGÊNCIA DO CONTRATO

A Ata de Registro de Preços terá validade de 12 (doze) meses, a partir de sua assinatura.

Durante a vigência da Ata, os preços registrados serão fixos e irreeajustáveis, exceto nas hipóteses decorrentes e devidamente comprovadas das situações previstas na Lei 14.133/2021.

Mesmo comprovada a ocorrência de situação de caso fortuito ou força maior decorrente de evento imprevisível ou previsível de consequências extraordinárias, o CONSÓRCIO, se julgar conveniente, poderá optar por cancelar a Ata e iniciar outro processo licitatório.

A existência de preços registrados não obriga o órgão gerenciador e nem os municípios consorciados usuários da Ata de Registro de Preços, a contratar, facultando-se a cada um destes, a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, assegurada preferência ao fornecedor registrado em igualdade de condições.

A licitante vencedora terá o prazo de até 05 (cinco) dias úteis para assinar a Ata, contados da convocação, por escrito, do CONSÓRCIO.

16. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Por tratar-se de licitação realizada através do Sistema de Registro de Preços, a dotação orçamentária será indicada em documento específico: contrato, nota de empenho, autorização de fornecimento ou outro documento equivalente.

17. DAS PROIBIÇÕES

É vedada a subcontratação de outra empresa para a execução dos serviços objeto do presente Termo de Referência.

18. DISPOSIÇÕES GERAIS

As dúvidas referentes a este Processo Licitatório poderão ser sanadas pelo Pregoeiro e Equipe de Pregão através do site licitardigital.com.br.

Sete Lagoas, 9 de outubro de 2024.

Cléber Aparecido de Souza Silva

Secretário Executivo

COTAÇÃO DE PREÇOS

			Comercial Cariacica Multimodal		Nutrilar Express Ltda		Base Comércio de Produtos Alimentícios LTDA	
Lote	Descrição	Quant.	Valor Unitário	Valor Total	Valor Unitário	Valor Total	Valor Unitário	Valor Total
01	Protect bag. Caixa embarque. Sacola importada reutilizável shopping bag. Maionese com ovos, tradicional, sem corantes e aromas artificiais, sachê 200 gramas, embalagem contendo dados de identificação, data de fabricação e prazo de validade. Azeitona verde sem caroço, salmoura (água e sal), pacote de 120 gramas, embalagem contendo dados de identificação, data de fabricação e prazo de validade. Tapioca 500 gr. Massa para lasanha, direto ao forno, com ovos, pacote de 200 gramas, embalagem contendo dados de identificação, data de fabricação e prazo de validade. Castanha de caju, pacote de 30 gramas, embalagem contendo dados de identificação, data de fabricação e prazo de validade. Molho de tomate tradicional, sachê de 300 gramas,	30.000	R\$244,66	R\$ 7.339.800, 00	R\$255,45	R\$ 7.663.500, 00	R\$259,44	R\$ 7.783.200,0 0

<p>embalagem contendo dados de identificação, data de fabricação e prazo de validade.</p> <p>Creme de leite, conteúdo líquido 200 gramas, embalagem contendo dados de identificação, data de fabricação e prazo de validade.</p> <p>Doce de leite pastoso, tradicional, 500 gramas, embalagem contendo dados de identificação, data de fabricação e prazo de validade.</p> <p>Coco ralado em flocos, embalagem de 100 gramas, embalagem contendo dados de identificação, data de fabricação e prazo de validade.</p> <p>Milho verde em conserva, embalagem original com 175 gramas, embalagem contendo dados de identificação, data de fabricação e prazo de validade.</p> <p>Leite condensado, 395 gramas, embalagem contendo dados de identificação, data de fabricação e prazo de validade.</p> <p>Biscoito wafer, sabor chocolate, 100 gramas, embalagem contendo dados de identificação, data de fabricação e prazo de validade.</p> <p>Caixa de bombom, 250 gramas, contendo bombons variados como: bombons recheados com coco, bombons de chocolate ao leite, bombons de chocolate ao leite aerado, bombons de chocolate branco com recheio de chocolate branco, bombons de chocolate recheado com</p>							
---	--	--	--	--	--	--	--

<p>leite maltado, bombons de chocolate recheado com amendoim caramelizado, bombons de chocolate com recheio sabor morango, bombons recheados cobertos com flocos e chocolate, bombons recheados cobertos com flocos e chocolate branco. Embalagem contendo dados de identificação, data de fabricação e prazo de validade.</p> <p>Panetone com recheio, sabor chocolate com avelã, gotas, cobertura e risca sabor chocolate, 500 gramas. Similar ou superior a Bauducco. Embalagem contendo dados de identificação, data de fabricação e prazo de validade.</p> <p>Biscoito de champagne, 150 gramas, tradicional, com açúcar cristal, embalagem contendo dados de identificação, data de fabricação e prazo de validade.</p> <p>Atum ralado mínimo de 150 gramas.</p> <p>Uvas passas sem sementes, 100 gramas. Embalagem contendo dados de identificação, data de fabricação e prazo de validade.</p> <p>Batata palha extra fina, 100 gramas. Embalagem contendo dados de identificação, data de fabricação e prazo de validade.</p> <p>Salaminho tipo italiano, fatiado, 100 gramas. Embalagem contendo dados de identificação, data de fabricação e prazo de validade.</p> <p>Pão de mel 180 gramas.</p>							
---	--	--	--	--	--	--	--

	<p>Pêssego em caldas, 450 gramas, composto por: pêssegos em metades, água, açúcar, xarope de glicose, frutose e acidulante ácido cítrico. Não contém glúten. Embalagem contendo dados de identificação, data de fabricação e prazo de validade.</p> <p>Farofa de mandioca temperada, pronta para servir, 300 gramas. Não contém glúten. Não contém conservantes. Embalagem contendo dados de identificação, data de fabricação e prazo de validade.</p> <p>Palmito picado 300 gramas.</p> <p>Refrigerante de cola, igual ou superior a Coca-Cola, 1,5 litros. Embalagem contendo dados de identificação, data de fabricação e prazo de validade.</p> <p>Creme de avelã com cacau tradicional. Pote de 140 gramas. Embalagem contendo dados de identificação, data de fabricação e prazo de validade.</p> <p>Queijo parmesão ralado 50 gramas.</p>							
02	<p>Ave supreme/Chester temperada, peso variável de 3 a 3,6 kg.</p> <p>Nuggets 300 gramas.</p> <p>Torta de tender com cream cheese e alho poró, 500 gramas.</p> <p>Linguiça mista cozida defumada 215 gramas.</p> <p>Bolsa térmica, modelo tipo carteiro, capacidade 14 litros.</p>	30.000	R\$172,50	R\$ 5.175.000,00	R\$184,78	R\$ 5.543.400,00	R\$206,58	R\$ 6.197.400,00

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 05/2024

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 02/2024

REGISTRO DE PREÇOS Nº 02/2024

PREÂMBULO

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DA REGIÃO CENTRAL DE MINAS GERAIS - CIMCENTRAL, pessoa jurídica na forma de associação multifinalitário, inscrito no CNPJ sob o nº 21.425.374/0001-29, com sede na Avenida Múcio José Reis, nº 2.600, Centro, Sete Lagoas/MG, através de seu Presidente, Jocimar César Brandão, portador do CPF nº 012.436.206-09, torna público, para conhecimento dos interessados, a realização de licitação na modalidade pregão, na forma eletrônica, com critério de julgamento de menor preço global por lote, na forma de registro de preços, tendo como objeto o REGISTRO DE PREÇO PARA A EVENTUAL AQUISIÇÃO DE CESTAS DE NATAL A SEREM DISTRIBUÍDAS PARA OS FUNCIONÁRIOS DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DA REGIÃO CENTRAL DE MINAS GERAIS E DOS MUNICÍPIOS CONSORCIADOS, com a entrega conforme previsto do Termo de referência do presente edital e nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021 de 1º de abril de 2021.

Valor total estimado da licitação: R\$13.414.800,00 (treze milhões quatrocentos e quatorze mil e oitocentos reais).

- Início de recebimento de documentação/propostas: 17/10/2024 - 09:00h
- Limite para recebimento de documentação/propostas 11/11/2024 - 08:30h
- Abertura das propostas e sessão pública: 11/11/2024 - 09:00h

Critério de Julgamento: Menor preço por lote.

Modo de Disputa: Aberto; os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

Local de Realização: Endereço eletrônico do site: www.licitardigital.com.br. O Pregão Eletrônico será realizado em sessão pública, por meio da INTERNET, mediante condições de segurança – criptografia e autenticação – em todas as suas fases através do Sistema de Pregão Eletrônico (licitações) da Licitar Digital.

Informações: O edital poderá ser obtido na íntegra pelo site oficial deste consórcio, <https://cimcentral.com.br/>, e na plataforma de realização do pregão eletrônico www.licitardigital.com.br.

Justificativa: A realização de licitação na modalidade Pregão Eletrônico, com critério de julgamento de Menor Preço Global por Lote, pelo Sistema de Registro de Preços, para a contratação de empresa especializada em fornecimento de cestas natalinas, visa atender de maneira eficiente e econômica as necessidades dos Municípios consorciados ao Consórcio Multifinalitário da Região Central de Minas Gerais.

Principais Pontos de Justificação:

- 1. Transparência e Competitividade:** A modalidade Pregão Eletrônico promove maior transparência e competitividade no processo licitatório, permitindo a participação de um número maior de fornecedores de diversas regiões, aumentando a possibilidade de obter propostas mais vantajosas.
- 2. Economia de Escala:** A aquisição centralizada e o registro de preços possibilitam a economia de escala, reduzindo os custos unitários dos móveis devido ao volume maior de compras, beneficiando todos os municípios consorciados.
- 3. Flexibilidade e Eficiência:** O registro de preços permite a contratação futura e eventual conforme as necessidades específicas de cada município, garantindo flexibilidade e eficiência na gestão dos recursos públicos e na execução do contrato.
- 4. Rapidez no Atendimento das Demandas:** O Pregão Eletrônico, por ser um processo mais ágil, permite que as demandas dos municípios consorciados sejam atendidas com maior rapidez, otimizando o tempo de resposta e implementação.
- 5. Garantia de Qualidade:** A especificação do critério de julgamento Menor Preço Global por Lote assegura que os itens sejam adquiridos pelo melhor preço disponível, sem comprometer a qualidade e a conformidade com os requisitos técnicos estabelecidos.
- 6. Conformidade Legal:** A adoção desta modalidade está em conformidade com a nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos (Lei nº 14.133/2021), garantindo a legalidade e a regularidade do processo licitatório.

Essa justificativa reafirma a viabilidade e a vantagem de realizar a licitação na modalidade Pregão Eletrônico, com critério de julgamento de Menor Preço Global por Lote, pelo Sistema de Registro de Preços, como a melhor estratégia para atender de forma eficaz as demandas dos municípios consorciados.

A licitação se subordina aos ditames contidos na Lei Federal n.º 14.133/2021, observadas ainda as determinações da Lei Federal n.º 12.846/13 e demais normas e condições estabelecidas neste instrumento convocatório.

O presente edital está sujeito a eventuais alterações, que serão devidamente publicadas da mesma forma que o original, devendo os interessados acompanhar, via internet, pelos sites <https://cimcentral.com.br/> ou www.licitardigital.com.br, todo o trâmite licitatório até a data de abertura do certame.

1 - DO OBJETO

1 -O objeto da presente licitação é o REGISTRO DE PREÇO PARA A EVENTUAL AQUISIÇÃO DE CESTAS DE NATAL A SEREM DISTRIBUÍDAS PARA OS FUNCIONÁRIOS DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DA REGIÃO CENTRAL DE MINAS GERAIS E DOS MUNICÍPIOS CONSORCIADOS., conforme quantitativo e demais especificações contidas no termo de referência.

1.1 - A licitação será dividida em lotes, cuja participação encontra-se discriminada no item 2.6 deste edital, e conforme Termo de Referência.

1.2 - As especificações quanto à qualidade e quantidade dos produtos encontram-se discriminados no Termo de Referência (anexo V).

1.3 - Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

1.3.1 ANEXO I – Modelo de Proposta Comercial;

1.3.2 ANEXO II – Minuta de Ata de Registro de Preços;

1.3.3 ANEXO III – Modelo de Declarações Conjuntas;

1.3.4 ANEXO IV – Modelo de Declarações / Enquadramento ME/EPP/MEI;

1.3.5 ANEXO V – Termo de Referência;

1.3.6 ANEXO VI - Planilha dos itens com os requisitos e especificações exigidos.

1.4 – **SUPORTE LEGAL** – A presente Licitação será regida nos termos da Lei Federal nº 14.133, de 2021, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

2 - CONDIÇÕES PARA PARTICIPAR DA LICITAÇÃO

2.1 - Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem credenciados na PLATAFORMA DA LICITAR DIGITAL, www.licitardigital.com.br.

2.2 - O licitante responsabilizar-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.3 - **Não poderão disputar esta licitação as empresas em consórcio**, bem como:

2.3.1 aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

2.3.2 autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

2.3.3 empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

2.3.4 pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

2.3.5 aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.3.6 empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

2.3.7 pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do Edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

2.3.8 agente público do órgão ou entidade licitante;

2.3.9 Em relação à vedação da participação de consórcios no certame, esclarecemos que foi considerada a natureza, complexidade e a quantidade de empresas atuantes no setor e, concluímos que não se tratam de serviços de grande complexidade técnica, os quais não demandam a junção de competências de duas ou mais empresas.

2.3.10 A formação de consórcios de empresas só têm sentido para a possível execução de objetos extraordinários, vultosos, altamente complexos ou inauditos. Exatamente nesse sentido leciona o administrador Marçal Justen Filho: (Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos, 13ª ed., p. 476).

2.3.11 Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

2.4 - O impedimento de que trata o subitem será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.5 - A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os subitens e poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

2.6 - Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

2.7 - O disposto nos subitens não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

2.8 - A vedação de que trata o subitem estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

2.9 - DA SUBCONTRATAÇÃO: É expressamente vedada a subcontratação total ou parcial do objeto deste contrato, sob pena de rescisão contratual, sem prejuízo da aplicação de penalidade prevista na minuta do contrato.

2.10 - A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3 - DO CREDENCIAMENTO DO LICITANTE, DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

3.1 - Os procedimentos para credenciamento e obtenção da chave e senha de acesso poderão ser iniciadas diretamente no site de licitações no endereço eletrônico www.licitardigital.com.br.

3.2 - As dúvidas e esclarecimentos sobre credenciamento no sistema eletrônico poderão ser dirimidas através da central de atendimento aos licitantes, pelos meios disponíveis no endereço eletrônico www.licitardigital.com.br.

3.3 - Qualquer dúvida dos interessados em relação ao acesso no sistema Licitard Digital poderá ser esclarecida através do canal de atendimento, de segunda a sexta-feira, das 8 às 18 horas (horário de Brasília) através dos canais informados no site www.licitardigital.com.br.

3.4 - O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao Sistema Eletrônico.

3.5 - O credenciamento da Licitante e de seu representante legal junto ao Sistema Eletrônico implica a responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica para realização das transações inerentes ao Pregão.

3.6 - O licitante responsabiliza-se, exclusiva e formalmente, pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances.

3.7 - Caberá ao fornecedor acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

3.8 - Participação no certame dar-se-á por meio da digitação da senha pessoal e intransferível do representante credenciado e subsequente encaminhamento da proposta de preços, bem como, documentos de habilitação elencados no item 7 deste edital, todos por meio do sistema eletrônico no sítio www.licitardigital.com.br.

3.9 - Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

3.10 - Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos no preâmbulo deste edital.

3.10.1 - A licitante prestará garantia de proposta nos termos do art. 58, da Lei Federal nº 14.133/21, em qualquer uma das modalidades permitidas, que será encaminhada juntamente da proposta, correspondente a 1% do valor estimado do lote do objeto da contratação

3.10.1.1 - As modalidades de garantia referidas no item anterior são:

- a) Caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública;
- b) Seguro garantia;
- c) Fiança bancária, emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil;
- d) Título de capitalização custeado por pagamento único, com resgate pelo valor total.

3.10.1.2 - Quando a Garantia da Proposta for realizada através de **caução em dinheiro** deverá ser efetivada em moeda corrente nacional, mediante documento de arrecadação próprio, expedido pela Secretaria Municipal de Fazenda, cujo comprovante deverá ser anexado junto à PROPOSTA.

3.10.1.3 - Os títulos da dívida pública previstos na alínea "a" deverão ser emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia

autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados por seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia;

3.10.1.3.1 - Caso o título venha a ser extinto ou tenha o seu prazo de validade expirado, a garantia deverá ser prestada por meio de outro título válido que venha a substituir o anterior, emitido pelo Tesouro Nacional e registrado no Sistema Especial de Liquidação e Custódia – SELIC, ou substituído por uma das demais modalidades de garantia.

3.10.1.3.2 - Em caso de fiança bancária, deverá ser expressa a renúncia do fiador ao benefício de ordem, e aos direitos previstos no artigo 827 do Código Civil (Lei 10.406/02), sendo que, a fiança deverá ser realizada em instituições financeiras regularmente autorizadas pelo Banco Central.

3.10.1.4 - O prazo mínimo de validade da garantia de proposta será de 60 (sessenta) dias contados da data de entrega da proposta.

3.10.1.5 - O comprovante de garantia de proposta deverá ser anexado junto à documentação de PROPOSTA.

3.10.1.6 - A garantia de proposta será liberada em até 10 (dez) dias úteis, contados:

- a) Da decisão definitiva de inabilitação da licitante;
- b) Da decisão definitiva de desclassificação da licitante;
- c) Da homologação da proposta vencedora.

3.11 - Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos no preâmbulo deste edital.

3.12 - No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

3.12.1 - Cumpre plenamente os requisitos de habilitação;

3.12.2- Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada está em conformidade com o edital e que o valor ofertado compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infra legais, nas convenções coletivas de trabalho e

nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo;

3.12.3- não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XX- XIII, da Constituição](#);

3.12.4- não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#)

3.12.5- cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, sobretudo no artigo 93 da Lei Federal n.º 8.213/1991.

3.13 - O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

3.14 - A falsidade da declaração de que trata os itens 10 a 3.12 sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital.

3.15- Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta inserida no sistema até o horário indicado no preâmbulo deste como término de cadastramento das propostas.

3.16- Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

3.17 - Serão disponibilizados para acesso público, os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

3.18 - Caso exista a necessidade de ser suspenso o pregão, o Agente de Contratações designará novo dia e horário para a continuidade do certame.

3.19 - Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão. Sobretudo o andamento do procedimento de licitação entre a data de abertura das propostas e a adjudicação do objeto deve ser acompanhado pelos

participantes por meio do portal www.licitardigital.com.br, que veiculará avisos, convocações, desclassificações de licitantes, justificativas e outras decisões referentes ao procedimento.

3.20 - O encaminhamento de proposta pressupõe também pleno conhecimento e atendimento de todas as exigências contidas no edital e seus anexos. O fornecedor será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.

3.21 - O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

4 - DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

4.1 - O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento dos campos próprios no sistema eletrônico.

4.2 - Os preços deverão ser cotados em moeda corrente nacional e preenchidos no campo apropriado do sistema eletrônico com o **valor por lote**.

4.3 - O sistema estará configurado para aceitar propostas com no máximo 02 (duas) casas decimais.

4.4 - Os preços propostos serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração dos mesmos, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

4.4.1 - A omissão de qualquer despesa necessária à perfeita realização do objeto será interpretada como não existente ou já incluída nos preços, não podendo o licitante pleitear acréscimo após a abertura das propostas.

4.4.2 - Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

4.5 - Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

4.6 - Se o regime tributário da empresa implica o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

4.7 - Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

4.8 - No campo apropriado do sistema eletrônico será necessário informar a **MARCA** do produto, sob pena de desclassificação.

4.9 - É vedada a identificação do licitante em qualquer campo ou anexo quando do preenchimento da proposta eletrônica, sob pena de desclassificação imediata.

4.10 - Quando a marca do licitante for o nome do mesmo, deverá ser indicado como **“MARCA PRÓPRIA”** no campo “marca” do sistema eletrônico.

4.11 - Os produtos ofertados deverão atender a todas as especificações constantes deste Edital e Termo de Referência.

4.11 - As propostas encaminhadas terão prazo de validade de 60 (sessenta) dias consecutivos, contados da data da sessão de abertura desta licitação, conforme disposição legal.

4.12 - A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

4.13 - Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

4.14 - O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo órgão competente e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do [art. 71, inciso IX, da Constituição](#); ou condenação dos agentes públicos.

5 - DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

5.1 - A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital, com a divulgação das propostas de preços recebidas pelo sítio eletrônico, passando o Agente de Contratações a avaliar a aceitabilidade das propostas.

5.2 - Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.2.1- Será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

5.2.2 - A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

5.2.3 - A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

5.3 - O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

5.4 - O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Agente de Contratações e os licitantes.

5.5 - Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

5.6 - O lance deverá ser ofertado pelo **valor por lote**, com valor mínimo de **500,00 (quinhentos) reais, para cada lance**.

5.7 - Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

5.8 - O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

5.8.1 - Cada licitante poderá encaminhar lance com valor superior ao menor preço consignado, desde que seja inferior ao seu último lance e diferente de qualquer outro valor ofertado para o lote.

5.9 - Com o intuito de conferir celeridade à condução do processo licitatório, é permitido ao Agente de Contratações a abertura e gerenciamento simultâneo da disputa de vários lotes, da mesma licitação.

5.9.1 - Em regra, a disputa simultânea de lotes obedecerá à ordem sequencial dos mesmos. Entretanto, o Agente de Contratações poderá efetuar a abertura da disputa de lotes selecionados fora da ordem sequencial.

5.10 - O procedimento seguirá com o envio de lances no pregão eletrônico no modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

5.10.1 - A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

5.10.2 - A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados neste período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

5.10.3 - Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

5.11 - Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

5.12 - Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

5.13 - Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

5.14 - No caso de desconexão com o Agente de Contratações, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

5.15 - Quando a desconexão do sistema eletrônico persistir por tempo superior a dez minutos para o órgão ou a entidade promotora da licitação, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato aos

participantes, mediante designação de data e horário no chat da plataforma eletrônica de realização do certame.

5.16 - Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

5.17 - só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

5.17.1 - Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#), nesta ordem:

5.17.1.1 disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

5.17.1.2 avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

5.17.1.3 desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

5.17.1.4 desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

5.17.2 - Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

5.17.2.1 empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

5.18.2.2 empresas brasileiras;

5.18.2.3 empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

5.18.2.4 empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#).

5.19 - Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo definido para a contratação, o Agente

de Contratações poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

5.19.1 A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

5.19.2 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

5.19.3 O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

5.19.4 Será convocado o licitante melhor classificado que, sob pena de desclassificação, no prazo de 02 (duas) horas, envie a proposta readequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

5.19.5 É facultado ao Agente de Contratações prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

5.20 - Após a negociação do preço, o Agente de Contratações iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

6 - DA FASE DE JULGAMENTO

6.1 - Encerrada a etapa de negociação, o Agente de Contratações verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no [art. 14 da Lei nº 14.133/2021](#), legislação correlata e no item 2.9 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

6.2 - Os preços propostos serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração dos mesmos, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.2.1 A omissão de qualquer despesa necessária à perfeita realização do objeto será interpretada como não existente ou já incluída nos preços, não podendo o licitante pleitear acréscimo após a abertura das propostas.

6.2.2 Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.3 -Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

6.4 - Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

6.5 - Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

6.6 - No campo apropriado do sistema eletrônico será necessário informar a **MARCA** do produto, sob pena de desclassificação.

6.7 - É vedada a identificação do licitante em qualquer campo ou anexo quando do preenchimento da proposta eletrônica, sob pena de desclassificação imediata.

6.8 - Quando a marca do licitante for o nome do mesmo, deverá ser indicado como **“MARCA PRÓPRIA”** no campo “marca” do sistema eletrônico.

6.9 - Os produtos ofertados deverão atender a todas as especificações constantes deste Edital e Termo de Referência.

6.10 - As propostas encaminhadas terão prazo de validade de 60 (sessenta) dias consecutivos, contados da data da sessão de abertura desta licitação, conforme disposição legal.

6.11 - A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

6.12 - Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

6.13 - O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo órgão competente e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do [art. 71, inciso IX, da Constituição](#); ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

7 - DA FASE DE HABILITAÇÃO

7.1 - Os documentos abaixo elencados, bem como aqueles previstos no Termo de Referência, quando houver, são necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação e serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021](#), devendo ser encaminhados exclusivamente por meio do sistema eletrônico de realização do pregão, incluídos no instante de cadastro da proposta.

8 - Habilitação Jurídica

8.1 Cópia da cédula de identidade do representante legal da empresa; Certificado de Condição de Microempreendedor Individual; Registro comercial, no caso de empresário individual;

8.2 Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, e de todas as alterações ou da consolidação respectiva, devidamente registrado, em se tratando de sociedade empresária e sociedade simples, e quando for o caso, acompanhado de documento comprovando os seus administradores; Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhado da diretoria em exercício;

8.3 Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir, devendo todos os documentos estarem traduzidos para o vernáculo.

8.4 Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhado da diretoria em exercício;

8.5 Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo

órgão competente, quando a atividade assim o exigir, devendo todos os documentos estarem traduzidos para o vernáculo por tradutor oficial;

8.6 Em qualquer dos casos acima enumerados, o objeto constante do ato constitutivo da empresa deverá ser compatível com o objeto licitado.

9. Qualificação Econômico-Financeira

9.1 Certidão Negativa de Falência e Recuperação judicial ou extrajudicial, expedida por distribuidor da sede do principal estabelecimento da pessoa jurídica na forma do que prescreve o artigo 3º, da Lei nº. 11.101/05.

9.2 Cópia do Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da Lei, que comprovem a boa situação financeira da sociedade empresarial, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta.

9.3 As empresas constituídas após o encerramento do último exercício social, em substituição ao Balanço Patrimonial e às Demonstrações Contábeis, deverão apresentar o Balanço de Abertura.

9.4 Na hipótese de alteração do Capital após a realização do balanço Patrimonial, a licitante deverá apresentar documentação de alteração do capital devidamente registrado na Junta Comercial,

9.5 A Licitante deverá demonstrar sua boa situação de liquidez, mediante a aplicação dos seguintes índices contábeis:

$LG = \text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo} - \text{Passivo Circulante} - \text{Passivo Não Circulante}$

$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$ $LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$

9.6 A comprovação da boa situação financeira será atestada quando os licitantes apresentarem índices de liquidez geral (ILG) e liquidez corrente (ILC) igual ou maior que 1 (um), solvência geral (SG) igual ou maior que 1 (um), através de documento devidamente assinado por profissional competente registrado no CRC.

9.7 Os índices contábeis apurados na análise do Balanço Patrimonial deverão ser informados pelo licitante, conforme os índices acima indicados, expressando os valores em reais.

10. Regularidade Fiscal e Trabalhista

10.1 Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) do Ministério da Fazenda, atualizada;

10.2 Prova de Regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei (site: www.caixa.gov.br);

10.3 Prova de regularidade fiscal para com os tributos e contribuições federais conjunta com a Seguridade Social;

10.4 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa;

10.5 Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede da licitante: Certidão Negativa de Débitos Estaduais;

10.6 Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal, do domicílio ou sede da licitante: Certidão Negativa de Débitos Municipais;

10.7 Declaração do licitante demonstrando a regularidade no cumprimento do Estatuto da Criança e do Adolescente, conforme dispõe o art. 7º, Inciso XXXIII, da Constituição Federal, e para fins do disposto no art. 1º da Lei Federal nº 9.854, de 27/10/1999, combinado com o art. 1º do Decreto Federal nº 4.358, de 05/9/2002, e no objetivo de cumprir a exigência do Inciso V, do Artigo 27 da Lei nº 8.666, de 21/6/1993, conforme modelo sugerido no ANEXO – MODELO DE DECLARAÇÃO.

10.8 Declaração de superveniência de fato impeditivo da habilitação, observadas as penalidades cabíveis.

11. Qualificação Técnica:

11.1 Atestado(s) de Capacidade Técnica, fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado que comprove ter a licitante executado o fornecimento de produtos ou desempenhado serviços iguais, similares ou superiores ao objeto da presente licitação, com nome legível do emitente, em papel timbrado, ou em papel sem timbre com carimbo do

CNPJ, no percentual de 50% (cinquenta por cento) do total estimado para o lote, desde que cada atestado corresponda a, no mínimo, 25% do quantitativo por lote. **Junto com atestado deverá ser apresentado contrato ou nota fiscal com a descrição dos itens entregues.**

11.1.1 - Justificativa: A pessoa jurídica que vier a ser contratada precisa ter capacidade técnica e operacional para atender à necessidade do Município. Empresas que forneceram pequenas quantidades de cestas básicas, com poucos itens, não tem capacidade técnica (de gestão) e operacional ou não conseguirão cumprir os prazos, os acordos de serviços e muitas vezes sequer possuem capital de giro ou capacidade para adquirirem os bens no mercado fornecedor.

11.1.1.1 - Os atestados comprovarão que a empresa que vier a ser contratada já realizou atividade semelhante, possui experiência e capacidade logística para o compromisso que assumir.

11.1.1.2 - A distribuição dos kits natalinos ocorre há vários anos. Os servidores e a população assistida esperam por eles. A distribuição, pela temática natalina, ocorre sempre no mês de dezembro e próximo ao Natal. Assim, a pessoa jurídica contratada deve comprovar experiência e capacidade logística para entregar grande volume de itens em curto espaço de tempo. A distribuição de cestas básicas, com poucos itens, em pequenas quantidades, não comprova que a pessoa jurídica atende ao esperado.

11.1.1.3 - A limitação de atestados se justifica pelo seguinte: o fornecimento de produtos natalinos e frios ocorrerá no período em que várias empresas, entes federados, associações, sindicatos também realizam suas entregas. Assim, as pessoas jurídicas que vierem a ser contratadas deverão comprovar além da capacidade de montar as cestas, a capacidade de gestão e coordenação e distribuição. No espaço de uma semana serão distribuídas milhares de cestas e de kits (perus e pernis). Então, a limitação de atestados, junto com a garantia da proposta, com exigência de qualificação financeira e com a garantia contratual se traduzem de zelo da Administração Municipal que quer escolher a melhor proposta não apenas no aspecto menor preço, mas também no aspecto capacidade logística, de administração, crédito no mercado, dentre outros.

11.1.1.4 - Por fim, o envio das notas fiscais ou contratos a que se referem os atestados servirá para análise concreta.

11.2 - **Nutricionista** -Comprovação de que o licitante possui em seu quadro, na data prevista para entrega das propostas, pelo menos 01 (um) Nutricionista, devidamente reconhecido

pela entidade profissional competente (CRN), para atuar como responsável técnico, numa das formas a seguir:

- a) Carteira de Trabalho (CTPS), no caso de funcionário do quadro permanente;
- b) Contrato Social, Estatuto Social ou Ato Constitutivo, no caso de sócio;
- c) Contrato de Prestação de Serviço, com data de assinatura anterior à data de abertura das propostas, com firma reconhecida das partes;
- d) Termo de compromisso assinado pelo profissional, com firma reconhecida das partes com data anterior a abertura dos envelopes da licitação.

11.3 - **Alvará Sanitário** expedido pela Vigilância Sanitária Estadual ou Municipal da sede da empresa;

11.3.1 - Justificativa: Todo estabelecimento que produz, manipula, armazena, transporta, comercializa ou realiza qualquer atividade que envolva alimentos, bebidas ou matérias-primas alimentares deve solicitar o alvará sanitário, conforme Lei Estadual nº 13.317 de 1999. Este Alvará é de extrema importância, pois garante a higiene e qualidade de produtos e/ou serviços.

11.4 - Declaração emitida pela própria empresa que garante que a mesma se encontra ciente e cumpre as **exigências sanitárias estabelecidas para o transporte de alimentos** segundo a Resolução Estadual SES/MG 6458 de 05 de novembro de 2018. Será aceito declaração similar de outro ente da federação.

11.4.1 - Justificativa: É um documento que comprova que uma empresa cumpre as exigências sanitárias estabelecidas para o transporte de alimentos

11.5 - **Autorizações válidas de funcionamento da empresa** participante da licitação, expedida pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), conforme exigido pela Lei Federal nº 6.360/76 (art. 2º), Decreto Federal nº 79.094/77 (art. 2º), Lei Federal nº 9.782/99 (art. 7º, inciso VII) e Portaria Federal nº 2814, de 29/05/98, cujo objeto deverá ser compatível com o objeto licitado, em original ou cópia reprográfica do Diário Oficial da União (DOU).

11.6 - **Apenas para o lote de congelados (Lote 2), serão ainda exigidos os seguintes documentos:**

11.6.1 - Título de Registro no S.I.F / DIPOA próprio (S.I.F. próprio – Serviço de Inspeção federal) ou documento emitido pelo I.M.A próprio (Instituto Mineiro de Agropecuária) para frigoríficos sediados em Minas Gerais.

11.6.2 - Justificativa: o Serviço de Inspeção Federal, conhecido mundialmente pela sigla S.I.F. é o responsável por assegurar a qualidade de produtos de origem animal comestíveis e não comestíveis destinados ao mercado interno e externo. No Brasil, todos os produtos de origem animal sob responsabilidade do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento são registrados e aprovados pelo S.I.F. visando garantir produtos com certificação sanitária e tecnológica para o consumidor brasileiro, respeitando as legislações nacionais e internacionais vigentes.

11.6.3 - Deverão ser apresentados, além do SIF os seguintes documentos:

A - Declaração do licitante de que o certificado de vistoria sanitária, em validade, do veículo que efetuará a entrega do objeto licitado será apresentado no momento de sua entrega;

B - Comprovação de situação dos serviços de inspeção sanitária dos produtos de origem animal, a nível nacional emitido pelo Ministério da Agricultura SIF/DIPOA ou IMA- Instituto Mineiro de agropecuária

C - Registro ou Inscrição do responsável técnico no Conselho Regional de Nutrição-CRN, da região da sede da licitante, que comprove atividade relacionada com o objeto da licitação, em plena validade.

12. A ausência de documento ou a apresentação dos documentos de habilitação em desacordo com o previsto neste Título inabilita o licitante. Uma vez incluído no processo licitatório, nenhum documento será devolvido, salvo o original for substituído por cópia reprográfica autenticado;

13. Será verificado, sob pena de inabilitação, se o licitante apresentou, em campo próprio do sistema, todas as declarações mencionadas no item 3.10 deste edital.

13.1 Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para ([Lei 14.133/21, art. 64](#), e [IN 73/2022, art. 39, §4º](#)):

13.1.2 complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

13.1.3 atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

14. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

14.1 Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Agente de Contratações examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital.

14.2 Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

14.3 - A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação.

14.4 Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista das microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, prorrogável por igual período, a critério da Administração, após declarado vencedor, para fins de contratação, em conformidade com a Lei Complementar 123/2006 e suas alterações, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

14.5 Sob pena de inabilitação, todos os documentos apresentados para habilitação deverão observar o seguinte:

14.5.1 Se a licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz;

14.5.2 Se a licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial;

14.5.3 Se a licitante for a matriz e a prestadora dos serviços/fornecedora for a filial, todos os documentos deverão ser apresentados em nome da matriz e da filial;

14.5.4 Serão dispensados da filial aqueles documentos que, por sua própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

15 - DOS RECURSOS

15.1- A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no [art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

15.2 - Qualquer licitante poderá, durante o prazo concedido na sessão pública, não inferior a 10 (dez) minutos, de forma imediata após o término do julgamento das propostas e do ato de habilitação ou inabilitação, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer, sob pena de preclusão, ficando a autoridade superior autorizada a adjudicar o objeto ao licitante declarado vencedor.

15.3 - As razões do recurso deverão ser apresentadas em momento único, em campo próprio no sistema, no prazo de 03 (três) dias úteis, contados a partir da data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação ou, na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

15.4 A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente após a declaração de vencedor, sob pena de preclusão.

15.4.1 O tempo mínimo para manifestação da intenção de recurso será concedido na sessão pública e **não será inferior a 10 (dez) minutos**, podendo o Agente de Contratações dar provimento ou negar o mesmo.

15.5 - Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

15.6 - O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

15.7 - Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

15.8 - O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada à vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

15.9 - O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

15.10 - O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

16 - DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

16.1 - Examinada a aceitabilidade da proposta de menor preço, a regularidade e a habilitação do licitante vencedor, inexistindo manifestação recursal, incumbe à autoridade competente adjudicar o objeto e homologar o procedimento licitatório.

16.2 - Decididos os recursos porventura interpostos e constatada a regularidade dos atos procedimentais, a autoridade competente adjudicará o objeto ao licitante vencedor e homologará o procedimento licitatório.

16.3 - A empresa classificada provisoriamente em primeiro lugar poderá ser convocada para apresentação de amostra, que deverá ser apresentada no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas após a convocação do Agente de Contratações.

17 - DAS CONDIÇÕES CONTRATUAIS

17.1 - Findo o procedimento licitatório, o licitante vencedor será convocado para assinatura da ata de registro de preços ou instrumento equivalente com a Administração nos moldes da minuta constante do Anexo II deste edital, quando assim a lei o exigir.

17.2 - Se o licitante vencedor não comparecer dentro do prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, após regularmente convocado para assinatura do termo de contrato ou instrumento equivalente, sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas.

17.3 - Não assinando o licitante vencedor a ata de registro de preços, nota de empenho, contrato ou documento equivalente no prazo estabelecido no item anterior, reservar-se-á o Consórcio, o direito de convocar os licitantes remanescentes, aplicando-se o disposto no artigo 90 da Lei n.º 14.133/2021.

17.4 - A ata de registro de preços a ser firmada em decorrência desta licitação poderá ser rescindida antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

17.5 - A vigência da ata de registro de preços será de 12 (doze) meses.

17.6 - GARANTIA CONTRATUAL DE EXECUÇÃO

17.6.1 - Será exigida a título de garantia do contrato, e conforme o art. 96 da Lei Federal nº 14.133/2021 o montante de 5% (cinco por cento) do valor inicial do contrato, podendo o contratado optar por uma das seguintes modalidades:

a – Caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública;

b – Seguro-garantia;

c – Fiança bancária, emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil;

d - Título de capitalização custeado por pagamento único, com resgate pelo valor total.

17.6.2 - A garantia contratual deverá ser apresentada até a assinatura do contrato.

Quando a garantia contratual for apresentada em dinheiro, o recolhimento deverá ser realizado de forma nominal, por meio de pagamento de DAM – DOCUMENTO DE ARRECAÇÃO MUNICIPAL, mediante comprovação no ato de assinatura do contrato.

Em hipótese alguma serão aceitos comprovantes de depósitos realizados em terminais eletrônicos de autoatendimento.

Os títulos da dívida pública previstos na alínea "a" deverão ser emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados por seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia.

Caso o título venha a ser extinto ou tenha o seu prazo de validade expirado, a garantia deverá ser prestada por meio de outro título válido que venha a substituir o anterior, emitido pelo Tesouro Nacional e registrado no Sistema Especial de Liquidação e Custódia – SELIC, ou substituído por uma das demais modalidades de garantia.

Em caso de fiança bancária, deverá ser expressa a renúncia do fiador ao benefício de ordem, e aos direitos previstos no artigo 827 do Código Civil (Lei 10.406/02), sendo que, a fiança deverá ser realizada em instituições financeiras regularmente autorizadas pelo Banco Central.

A garantia prestada será liberada ou restituída após 30 (trinta) dias da emissão do Termo de Encerramento de Obrigações Contratuais e, quando em dinheiro, atualizada monetariamente, ou pela rescisão do contrato, salvo se esta ocorrer por culpa da CONTRATADA, hipótese em que o Contratante poderá descontar da garantia o valor da penalidade financeira eventualmente aplicada.

Desfalcada a garantia prestada, pela imposição de multas ou outro motivo de direito, será notificada a Contratada através de correspondência com AR (Aviso de Recebimento) para, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, complementar o valor da caução. A não apresentação da cobertura da garantia importará em rescisão contratual. À Administração cabe descontar da garantia toda importância que a qualquer título lhe for devida pela contratada.

No caso de a contratada optar pelo seguro garantia ou fiança bancária:

- a) Deverá constar na garantia, cláusula expressa de cobrir inadimplemento das obrigações trabalhista e previdenciárias do contrato;
- b) Não poderá conter cláusula que restrinja a responsabilidade do segurado ou fiador.

A validade da garantia será de no mínimo 3 (três) meses após o término do contrato/aditivo.

A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

- a) prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;
- b) prejuízos diretos causados à Administração decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;
- c) multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e
- d) obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pela contratada, quando couber.

18 - DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO, PRAZO, LOCAL DE ENTREGA

18.1 - Os serviços deverão ser executados conforme a demanda de cada Município que aderir a ata de registro de preços, bem como em estrita conformidade com o termo de referência.

18.2 - Os Municípios consorciados reservam-se o direito de não receber os materiais/serviços em desacordo com o previsto neste instrumento convocatório, podendo cancelar o contrato e aplicar as sanções previstas no presente edital.

18.3 - A entrega deve ser feita conforme disposição em contrato individual de cada Município que aderir a ata de registro de preços.

19 - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

19.1 O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias após apresentação da Nota Fiscal/Fatura, acompanhado de cópia da Certidão Negativa de Débitos Federais, Certificado de Regularidade com o FGTS e Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, sem os quais o pagamento ficará retido.

19.2 Tratando-se de empresa optante pelo SIMPLES deverá ainda ser apresentando documentação que comprove a opção pelo mesmo.

19.3 As Notas Fiscais/Faturas deverão ser emitidas pelo fornecedor em inteira conformidade com as exigências legais contratuais, especialmente as de natureza fiscal.

19.4 Deverá constar na nota fiscal: nº do Processo Licitatório, nº do Pregão, nº do Contrato/Ata de Registro de Preços, nº da Autorização de Fornecimento/Ordem de Serviço e dados bancários atualizados, marca dos itens de acordo com a ordem de fornecimento, número do lote referente a cada item com a data de validade.

19.5 Identificada qualquer divergência na nota fiscal/fatura, deverá devolvê-la ao fornecedor para que sejam feitas as correções necessárias, sendo que o prazo estipulado será contado somente a partir da representação do documento desde que devidamente sanado o vício.

19.6 Nenhum pagamento será efetuado à licitante vencedora, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira decorrente de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito a reajustamento de preços, correção monetária ou compensação financeira.

19.7 Uma vez paga a importância discriminada na nota fiscal/fatura, o fornecedor dará a Prefeitura Municipal Consorciada plena, geral e irretratável, quitação dos valores nela discriminados, para nada mais vir a reclamar ou exigir a qualquer título, tempo ou forma.

19.8 Qualquer solicitação de reajuste nos preços somente poderá ser analisada após o prazo de validade da proposta, mediante planilha de variação das despesas e mediante requerimento fundamentado devidamente aprovado pela contratante, visando à manutenção do equilíbrio econômico-financeiro.

19.9 Quaisquer tributos ou encargos legais criados, alterados ou extintos, bem como a superveniência de disposições legais, quando ocorridos após a assinatura do contrato, de comprovada repercussão nos contratados, implicarão na revisão destes para mais ou para menos, conforme o caso.

20 - DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

20.1 - Comete infração administrativa o fornecedor que cometer quaisquer das infrações previstas no art. 155 da Lei nº 14.133/2021, quais sejam:

20.1.1 dar causa à inexecução parcial do contrato;

20.1.2 dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

20.1.3 dar causa à inexecução total do contrato;

20.1.4 deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

20.1.5 não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

20.1.6 não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

20.1.7 ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação em motivo justificado;

20.1.8 apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

20.1.9 fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

20.1.10 comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

20.1.11 Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou conluio entre os fornecedores, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances;

20.1.12 praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos deste certame; praticar ato lesivo previsto no artigo 5º da Lei nº 12.846/2013.

20.2 - O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

20.2.1 Advertência pela falta do subitem 11.1.1 do Edital, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

20.2.2 Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do fornecedor, por qualquer das infrações dos subitens 11.1.1 a 11.1.13 do Edital;

20.2.3 Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos dos subitens 11.1.2 a 11.1.4 e subitens 11.1.6 a 11.1.7 do Edital, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave; e

20.2.4 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos dos subitens 11.1.8 a 13.1.12, bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave.

20.3 - A aplicação das sanções previstas não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Contratante, conforme previsto no artigo 156, § 9º da Lei nº 14.133/2021.

20.4 - Todas as sanções previstas poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa, conforme dispõe o artigo 156, § 7º da Lei nº 14.133/21.

20.5 - Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente, conforme previsto no artigo 156, § 8º da Lei nº 14.133/2021, se for o caso.

20.6 - A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do artigo 158 da Lei nº 14.133/2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

20.7 - Na aplicação das sanções serão considerados:

20.7.1 a natureza e a gravidade da infração cometida;

20.7.2 as peculiaridades do caso concreto;

20.7.3 as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

20.7.4 os danos que dela provierem para o Contratante;

20.7.5 As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do artigo 163 da Lei nº 14.133/2021.

20.7.6 A aplicação das penalidades acima descritas poderão ser aplicadas sem prejuízo de eventuais implicações penais nos termos do que prevê o capítulo II - B do Título XI do Código Penal.

21 - DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

21.1 - Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da [Lei nº 14.133, de 2021](#), devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

21.2 - A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

21.3 - A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelos seguintes meios:

21.3.1 Os pedidos de esclarecimentos ou providências deverão ser dirigidos ao Agente de Contratações, podendo, para tanto, ser utilizado o e-mail cimcentral.consortio@yahoo.com.br, ou serem feitos por meio dos campos disponíveis no sistema eletrônico, www.licitardigital.com.br.

21.3.2 As impugnações cabíveis, decorrentes dos atos oriundos da presente licitação, deverão ser fundamentadas e dirigidas ao Agente de Contratações, enviadas via postagem, ou ainda, por meio do e-mail, cimcentral.consortio@yahoo.com.br, ou ainda, serem feitos por meio dos campos disponíveis no sistema eletrônico, www.licitardigital.com.br.

21.4 - As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

21.4.1 A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

21.5 - As respostas aos pedidos de esclarecimento e às impugnações serão publicadas no site oficial deste município, <https://cimcentral.com.br/>, bem como, no site de realização deste certame, www.licitardigital.com.br, para conhecimento de todos os interessados, cabendo a estes acessá-los para a obtenção das informações prestadas.

22 - LEI ANTICORRUPÇÃO

22.1 A licitante proponente, com o protocolo dos envelopes contendo a proposta comercial e os documentos de habilitação, reafirma o efetivo interesse em participar do presente certame e, portanto, está assumindo que conhece e entende os termos da Lei Nacional nº 12.846, de 2013 – Lei Anticorrupção -, comprometendo-se a abster-se de qualquer atividade que constitua uma violação das disposições desta Lei.

22.2 A licitante proponente, por si e por seus administradores, diretores, funcionários, bem como seus sócios que venham a agir em seu nome, se obriga a conduzir suas práticas comerciais, durante a realização do presente certame e na vigência do instrumento contratual, de forma ética e em conformidade com os preceitos legais aplicáveis, bem como se compromete a não dar, oferecer, pagar, prometer pagar, ou autorizar o pagamento de, direta ou indiretamente, qualquer dinheiro ou qualquer coisa de valor a qualquer autoridade governamental, consultores, representantes, parceiros, ou quaisquer terceiros, com a finalidade de influenciar qualquer ato ou decisão do agente ou do governo, ou para assegurar qualquer vantagem indevida, ou direcionar negócios para, qualquer pessoa, e que violem a Lei Anticorrupção.

22.3 Qualquer descumprimento da Lei Anticorrupção pela licitante, em qualquer um dos seus aspectos, ensejará a sua exclusão do presente certame licitatório e na ocorrência da execução do instrumento contratual será causa ensejadora de sua rescisão imediata, independentemente de qualquer notificação, sob pena do pagamento de multa equivalente a 50% (cinquenta por cento) do valor do contrato.

23 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

23.1 - **DA POSSIBILIDADE DE EXIGÊNCIA DE AMOSTRA** - A empresa vencedora do certame deverá apresentar **01 amostra de cada item**, juntamente com as **fichas técnicas dos produtos**, devidamente assinadas pelo técnico responsável da empresa fabricante de acordo com as especificações de cada item em um prazo máximo de 72 horas após o processo licitatório.

23.1.1 - O prazo estipulado no subitem anterior poderá ser prorrogado, por até igual período, quando solicitado durante seu transcurso, desde que haja motivo justificado, devidamente aceito pela Administração.

23.1.2 - A(s) amostra(s) deverá(ão) ser entregue(s) na sede do CIMCENTRAL, no horário de 09:00 às 12:00 horas e/ou de 14:00 às 17:00 horas, de segunda a sexta-feira, mediante agendamento

23.1.3 - As fichas técnicas de todos os itens apresentados deverão conter os itens listados a seguir: Lista de ingredientes; tabela nutricional (composição nutricional – macronutrientes e micronutrientes); Modo de utilização/preparo (se aplicável); Modo de apresentação do produto (especificação da embalagem, quantidade); Modo de armazenamento e conservação; lote e validade do produto;

23.2 - Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Agente de Contratações.

23.3 - Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

23.4 - A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

23.5 - As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

23.6 - Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

23.7 - Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

23.8 - O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

23.9 - Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

Prudente de Moraes/MG, 10 de outubro de 2024.

CRISTIAN FELIX TEIXEIRA
Agente de Contratações

ANEXO I – Modelo de Proposta Comercial

PROCESSO DE LICITAÇÃO N° 05/2024 MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO N° 02/2024

MODELO DE CARTA DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇOS

Ao CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DA REGIÃO CENTRAL DE MINAS GERAIS – CIMCENTRAL

Att. Agente de Contratações e equipe de apoio

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob nº _____, neste ato representada pelo (a) Sr.(a) _____, portador da Carteira de Identidade nº _____ e do CPF nº _____, apresenta e submete à apreciação dessa Comissão de Licitação, sua proposta de preços relativa à licitação em epígrafe, assumindo inteira responsabilidade por quaisquer erros ou omissões que venham a ser verificadas na sua preparação. Assim apresentamos os seguintes preços, conforme planilha abaixo:

LOTE					
ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1					
VALOR TOTAL LOTE					

Declaramos, igualmente, que em nosso preço estão incluídos todos os custos diretos e indiretos para perfeita execução dos serviços, inclusive as despesas com mão de obra especializada ou não, encargos da legislação social trabalhista, previdenciária, da

infortúnica do trabalho e responsabilidade civil por quaisquer danos causados a terceiros ou dispêndios resultantes de impostos, taxas, regulamentos e posturas municipais, estaduais e federais, bem como todos os custos necessários para atendimento às exigências e determinações do Edital, enfim, tudo o que for necessário para a execução total e completa dos serviços, sem que nos caiba, em qualquer caso, direito regressivo em relação ao CIMCENTRAL/MUNICÍPIOS CONSORCIADOS.

Declaramos ainda, que:

- Recebemos do CIMCENTRAL/MUNICÍPIOS CONSORCIADOS todas as informações necessárias à elaboração da nossa proposta.
- Estamos cientes dos critérios de medição e pagamento especificados no edital, com eles concordamos plenamente.
- Obrigamo-nos a aceitar o direito do CIMCENTRAL/MUNICÍPIOS CONSORCIADOS de escolher a proposta que lhe for mais vantajosa, de acordo com as condições estabelecidas no Edital, podendo ela desistir ou anular esta Licitação sem que nos caiba o direito a qualquer indenização, reembolso ou compensação pela exclusão ou rejeição de nossa Proposta, no todo ou em parte.
- Obrigamo-nos, ainda, caso nos seja adjudicado o objeto, a assinar o contrato dentro do prazo estabelecido, a contar da data de notificação do Município, bem como atender a todas as condições prévias a sua assinatura

.....

(Local e data)

.....

Assinatura, qualificação e carimbo (Representante legal)

Declaração a ser emitida em papel timbrado, de forma que identifique a proponente

ANEXO II – Minuta de Ata de Registro de Preços

PROCESSO DE LICITAÇÃO N° 04/2024

MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL N° 01/2024

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Aos _____ (_____) dias do mês de _____ de 2024, foi lavrada a presente Ata de Registro de preços, referente ao Processo de Licitação de n° 022/2023, Modalidade Pregão Presencial de n° 022/2023, do **CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DA REGIÃO CENTRAL DE MINAS GERAIS - CIMCENTRAL** pessoa jurídica de direito público na forma de associação pública, inscrita no CNPJ/MF sob o n° 21.425.374/0001-29, com endereço na Avenida Múcio José Reis, 2600, Centro, Sete Lagoas, Estado de Minas Gerais, através de seu Presidente, Senhor Jocimar Cesar Brandão, doravante denominado **CIMCENTRAL** e a (EMPRESA) _____. estabelecida à rua _____ n.º _____, CNPJ nº _____, pelo seu representante infra-assinado Sr(a). _____, CPF nº _____, RG nº _____, doravante denominada **CONTRATADA**, considerando o resultado do Pregão Eletrônico em epígrafe, resolvem firmar a presente Ata de Registro de Preços, obedecidas as disposições da Lei 14.133/2021 suas alterações posteriores e as condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA- DO OBJETO

1.1. Constitui objeto do presente termo o Registro de preço para a eventual Aquisição de cestas de natal a serem distribuídas no final do ano para os funcionários do CIMCENTRAL e dos Municípios consorciados, no período de 12 (doze) meses, conforme especificações mínimas e quantidades estabelecidas abaixo:

Lote	Descrição	Quant.	Valor médio	Valor total
01	Protect bag.	30.000		
	Caixa embarque.			
	Sacola importada reutilizável shopping bag.			
	Maionese com ovos, tradicional, sem corantes e aromas artificiais, sachê 200 gramas, embalagem contendo dados de identificação, data de fabricação e prazo de validade.			
	Azeitona verde sem caroço, salmoura (água e sal), pacote de 120 gramas, embalagem contendo dados de identificação, data de fabricação e prazo de validade.			
	Tapioca 500 gr.			
	Massa para lasanha, direto ao forno, com ovos, pacote de 200 gramas, embalagem contendo dados de identificação, data de fabricação e prazo de validade.			
	Castanha de caju, pacote de 30 gramas, embalagem contendo dados de identificação, data de fabricação e prazo de validade.			
	Molho de tomate tradicional, sachê de 300 gramas, embalagem contendo dados de identificação, data de fabricação e prazo de validade.			
	Creme de leite, conteúdo líquido 200 gramas, embalagem contendo dados de identificação, data de fabricação e prazo de validade.			
Doce de leite pastoso, tradicional, 500 gramas, embalagem contendo dados de identificação, data de fabricação e prazo de validade.				

<p>Coco ralado em flocos, embalagem de 100 gramas, embalagem contendo dados de identificação, data de fabricação e prazo de validade.</p>			
<p>Milho verde em conserva, embalagem original com 175 gramas, embalagem contendo dados de identificação, data de fabricação e prazo de validade.</p>			
<p>Leite condensado, 395 gramas, embalagem contendo dados de identificação, data de fabricação e prazo de validade.</p>			
<p>Biscoito wafer, sabor chocolate, 100 gramas, embalagem contendo dados de identificação, data de fabricação e prazo de validade.</p>			
<p>Caixa de bombom, 250 gramas, contendo bombons variados como: bombons recheados com coco, bombons de chocolate ao leite, bombons de chocolate ao leite aerado, bombons de chocolate branco com recheio de chocolate branco, bombons de chocolate recheado com leite maltado, bombons de chocolate recheado com amendoim caramelizado, bombons de chocolate com recheio sabor morango, bombons recheados cobertos com flocos e chocolate, bombons recheados cobertos com flocos e chocolate branco. Embalagem contendo dados de identificação, data de fabricação e prazo de validade.</p>			
<p>Panetone com recheio, sabor chocolate com avelã, gotas, cobertura e risca sabor chocolate, 500 gramas. Similar ou superior a Bauducco. Embalagem contendo dados de identificação, data de fabricação e prazo de validade.</p>			
<p>Biscoito de champagne, 150 gramas, tradicional, com açúcar cristal, embalagem contendo dados de identificação, data de fabricação e prazo de validade.</p>			

	Atum ralado mínimo de 150 gramas.			
	Uvas passas sem sementes, 100 gramas. Embalagem contendo dados de identificação, data de fabricação e prazo de validade.			
	Batata palha extra fina, 100 gramas. Embalagem contendo dados de identificação, data de fabricação e prazo de validade.			
	Salaminho tipo italiano, fatiado, 100 gramas. Embalagem contendo dados de identificação, data de fabricação e prazo de validade.			
	Pão de mel 180 gramas.			
	Pêssego em caldas, 450 gramas, composto por: pêssegos em metades, água, açúcar, xarope de glicose, frutose e acidulante ácido cítrico. Não contém glúten. Embalagem contendo dados de identificação, data de fabricação e prazo de validade.			
	Farofa de mandioca temperada, pronta para servir, 300 gramas. Não contém glúten. Não contém conservantes. Embalagem contendo dados de identificação, data de fabricação e prazo de validade.			
	Palmito picado 300 gramas.			
	Refrigerante de cola, igual ou superior a Coca-Cola, 1,5 litros. Embalagem contendo dados de identificação, data de fabricação e prazo de validade.			
	Creme de avelã com cacau tradicional. Pote de 140 gramas. Embalagem contendo dados de identificação, data de fabricação e prazo de validade.			
	Queijo parmesão ralado 50 gramas.			
02	Ave supreme/Chester temperada, peso variável de 3 a 3,6 kg.	30.000		

	Nuggets 300 gramas.			
	Torta de tender com cream cheese e alho poró, 500 gramas.			
	Linguiça mista cozida defumada 215 gramas.			
	Bolsa térmica, modelo tipo carteiro, capacidade 14 litros.			

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS PREÇOS REGISTRADOS

2.1. Os preços registrados, para contratação, seguem abaixo conforme descrito na proposta da licitante vencedora, constantes no Edital do Processo Licitatório nº 05/2024, e ainda, conforme planilha anexo a esta ata de registro de preços.

2.2. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, devendo ser promovidas negociações com os fornecedores.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA

3.1. A vigência da ATA DE REGISTRO DE PREÇO será pelo período de 12 meses.

CLÁUSULA QUARTA - DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS, ATUALIZAÇÃO FINANCEIRA E ENCARGOS.

2.1. O reajustamento de preços, atualização financeira observarão as normas contidas no item 12 e subitens do edital.

CLÁUSULA QUINTA - MEDIÇÕES E PAGAMENTOS

5.1. O pagamento será efetuado pelo MUNICÍPIO CONSORCIADO AO CIMCENTRAL, ÓRGÃOS participantes do processo, em conta corrente em nome da CONTRATADA através de cheque ou transferência eletrônica disponível (TED), em até 30 (trinta) dias corridos, contados da data de apresentação da nota fiscal/fatura e do boletim de medição, devidamente conferido e atestado pelos RT's de execução e fiscalização.

5.2. Dependendo do tamanho e complexidade do fornecimento, pode-se em comum acordo entre a CONTRATADA e a CONTRATANTE, parcelar estes pagamentos.

5.3. Nos preços apresentados pela Licitante deverão estar incluídos todos os custos diretos e indiretos para a entrega dos itens, de acordo com as condições previstas no Termo e seus anexos, constituindo-se na única remuneração possível de ser atribuída pelos itens contratados e executados.

5.4. Fica expressamente estabelecido que nos preços propostos estão incluídos todos os custos diretos e indiretos para o fornecimento dos itens, de acordo com as condições previstas nas Especificações e nas Normas indicadas neste Edital e demais documentos da licitação, constituindo assim sua única remuneração pelos trabalhos contratados e executados.

5.5. Se a fatura for recusada por incorreção material ou financeira, o pagamento só será efetuado após as devidas correções, dispondo o Contratante do prazo estabelecido anteriormente para se pronunciar sobre o aceite da fatura corrigida.

5.6. A Empresa Contratada apresentará nota fiscal fatura correspondente aos valores dos itens entregues a preços unitários e quantidades constantes do contrato.

5.7. Os pagamentos decorrentes dos itens fornecidos, serão pagos em até trinta dias à realização dos serviços e entrega de nota fiscal, desde que a liquidação seja devidamente atestada pelo CIMCENTRAL ou municípios consorciados contratantes;

5.8. A aceitabilidade das propostas está condicionada a observância do valor máximo consignado no edital na estimativa de custos.

5.9. Na eventualidade da aplicação de multas, estas deverão ser liquidadas nos valores a serem recebidos pela empresa ou, inexistindo estes, através dos meios cabíveis e aplicáveis.

CLÁUSULA SEXTA - DO LOCAL

6.1. As entregas abrangem toda a área de territorial do CIMCENTRAL conforme relação dos Municípios consorciados conforme relação constantes do edital.

6.2. O prazo de entrega será de até 10 (dez) dias a contar do recebimento da ordem de

fornecimento/empenho.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS PENALIDADES

7.1. Recusando-se a vencedora a contratação sem motivo justificado, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-se à multa equivalente a 10% do valor de sua proposta, sem prejuízo da aplicação da sanção administrativa de suspensão temporária do direito de licitar pelo prazo de até cinco anos.

7.2. De outras penalidades ou sanções administrativas:

7.2.1. Pela inexecução, total ou parcial, do Contrato o Município contratante poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao Contratado as seguintes sanções:

a) multa de 0,5% (meio por cento) sobre o valor do contrato, por dia de atraso, limitada está a 05 (cinco) dias, após o qual será considerada inexecução contratual;

b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do Contrato, no caso de inexecução parcial do contrato, cumulada com a pena de suspensão do direito de licitar e o impedimento de contratar com a Administração Municipal correspondente pelo prazo de 01 (um ano);

c) multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor do Contrato, no caso de inexecução total do contrato, cumulada com a pena de suspensão do direito de licitar e o impedimento de contratar com a Administração Municipal correspondente pelo prazo de 02 (dois anos).

7.2.2. As multas serão calculadas sobre o montante não adimplido do contrato.:

7.2.3. Pela recusa injustificada em assinar o Termo de Contrato, multa compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total da contratação, inaplicável aos licitantes convocados nos termos da 14.133/2021.

7.3. O CIMCENTRAL poderá rescindir o contrato, independentemente de qualquer procedimento judicial, observada a Legislação vigente, nos seguintes casos:

a) Por infração a qualquer de suas cláusulas;

b) Pedido de concordata, falência ou dissolução da Contratada;

c) Em caso de transferência, no todo ou em parte, das obrigações assumidas neste

contrato, sem prévio e expresso aviso do Município;

d) Por comprovada deficiência no atendimento do objeto deste contrato.

7.4. O Município poderá, ainda, sem caráter de penalidade, declarar rescindido o contrato por conveniência administrativa ou interesse público, conforme disposto na Lei 14.133/2021.

7.5. As penalidades serão aplicadas após regular processo administrativo, em que seja assegurado ao licitante o contraditório e a ampla defesa, com os meios e recursos que lhes são inerentes.

7.6. A multa será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração.

7.7. A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública é de competência exclusiva do Prefeito Municipal.

7.8. As demais sanções são de competência exclusiva da autoridade superior do órgão de fiscalização do Contrato.

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES GERAIS DAS PARTES

8.1. Obrigações da FORNECEDORA:

8.1.1. São obrigações da FORNECEDORA as obrigações previstas no Termo de Referência, anexo I do edital, bem como o item 12.1 do edital.

8.2. São obrigações do CIMCENTRAL:

8.2.1. São obrigações da contratada as obrigações previstas no Termo de Referência, anexo I do edital, bem como o item 12.2 do edital.

CLÁUSULA NONA - DA DOTAÇÃO

9.1. As despesas inerentes à execução do objeto, deverão ser empenhadas ou contratadas mediante utilização de dotação orçamentária própria de cada município consorciado na época da efetivação das despesas.

9.2. Nos termos da Lei 14.133/2021, ocorrendo contratação por parte do Município, o

ato de contratação será precedido das providências indicadas no art. 16 da LC 101/00.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA FISCALIZAÇÃO

10.1. A Fiscalização será realizada na forma prevista no Termo de Referência Anexo I do ato convocatório.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO GERENCIAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E ADESÃO

11.1. O gerenciamento deste Instrumento, nos aspectos operacional e contratual, caberá ao CIMCENTRAL, competindo-lhe:

- a) efetuar controle dos fornecedores, dos preços, dos quantitativos fornecidos e das especificações do material registrado;
- b) monitorar, pelo menos trimestralmente, os preços dos objetos desta aquisição, de forma a avaliar o mercado, podendo rever os preços registrados, a qualquer tempo, em decorrência da redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve os custos dos bens registrados;
- c) notificar o fornecedor registrado via fax, e-mail ou telefone, para retirada da nota de empenho;
- d) observar, durante a vigência da presente ata que nas contratações sejam mantidas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, bem como a compatibilidade com as obrigações assumidas, inclusive, solicitar novas certidões ou documentos vencidos;
- e) conduzir eventuais procedimentos administrativos de renegociação de preços registrados, para fins de adequação às novas condições de mercado e de aplicação de penalidades;
- f) coordenar as formalidades e fiscalizar o cumprimento das condições ajustadas no edital da licitação e na presente Ata, bem como comunicar aos gestores dos órgãos participantes possíveis alterações ocorridas.

11.2. As pesquisas de mercado, atendendo à conveniência e ao interesse público, poderão

ser realizadas por entidades especializadas, preferencialmente integrantes da Administração Pública, assim como ser utilizadas pesquisas efetuadas por órgãos públicos.

11.3. O CIMCENTRAL nas pesquisas de preços dos itens registrados, de forma a avaliar os preços a serem contratados, bem como elaborará as estimativas de consumo e os cronogramas de contratação.

11.4. A ata de registro de preços, durante sua validade, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador, desde que devidamente justificada a vantagem e respeitadas, no que couber, as condições e as regras estabelecidas na 14.133/2021 e no Decreto Estadual nº 46311, de 16 de setembro de 2013. 1

11.5. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes.

11.6. As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este item não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes.

11.7. As adesões à ata de registro de preços são limitadas, na totalidade, ao quádruplo do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que eventualmente aderirem.

11.8. O fornecedor, quando assinar o contrato de fornecimento com Município não consorciado ao CIMCENTRAL, pagará ao Consórcio, a título de taxa de adesão, o montante correspondente a 1% (um por cento) do valor do contrato.

11.9. Ao órgão não participante que aderir à ata competem os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do

descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

12.1. O REGISTRO DO FORNECEDOR poderá ser cancelado, garantida a prévia defesa, no prazo de 3 (três) dias úteis, a contar da notificação nas seguintes hipóteses:

12.1.1 Pelo CIMCENTRAL quando:

- a) O FORNECEDOR não cumprir as exigências contidas no Edital ou na Ata de Registro de Preços;
- b) O FORNECEDOR, injustificadamente, deixar de firmar o contrato decorrente do Registro de Preços;
- c) O FORNECEDOR der causa à rescisão administrativa, de contrato decorrente do Registro de Preços, por um dos motivos elencados na 14.133/2021 e alterações posteriores;
- d) Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;
- e) Por razões de interesse público, devidamente fundamentadas, na forma da Lei 14.133/2021 e alterações posteriores.

12.1.2 Pelo FORNECEDOR, quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências do instrumento convocatório que deu origem ao Registro de Preços.

12.2 O cancelamento será precedido de processo administrativo a ser examinado pelo órgão gerenciador, sendo que a decisão final deverá ser fundamentada.

12.3 A comunicação do cancelamento do registro do FORNECEDOR, será feita por escrito, juntando-se o comprovante do recebimento.

12.4 No caso de o FORNECEDOR encontrar-se em lugar ignorado, incerto ou inacessível, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial de Minas Gerais, considerando-se cancelado o registro do FORNECEDOR a partir do quinto dia útil, contado da publicação.

12.5 A solicitação do FORNECEDOR ou prestador de serviços para cancelamento do registro de preço, não o desobriga do fornecimento dos produtos ou da prestação dos

serviços, até a decisão final do órgão gerenciador, a qual deverá ser prolatada no prazo máximo de 30 (trinta) dias, facultado ao CIMCENTRAL a aplicação das penalidades previstas neste instrumento convocatório, caso não aceitas as razões do pedido.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA RESCISÃO

13.1. O presente instrumento poderá ser rescindido na ocorrência dos motivos previstos na Lei nº 14.133/2021 e pelo contratante, na defesa do interesse público, sem que deste ato resulte indenização de qualquer natureza.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DOS CASOS OMISSOS

14.1 Os casos omissos, assim como as dúvidas, serão resolvidos com base na Lei nº 14.133/2021, cujas normas ficam incorporadas ao presente instrumento, ainda que delas não se faça aqui menção expressa.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO FORO

9.1. As partes elegem o foro da Comarca de Sete Lagoas para dirimir quaisquer ações oriundas desta Ata de Registro de Preços.

Nada mais havendo, foi lavrada a presente ata, que após lida e achada conforme, vai assinada na forma da legislação vigente.

Sete Lagoas, data.

Jocimar Cesar Brandão Presidente

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DA REGIÃO CENTRAL DE MINAS GERAIS –
CIMCENTRAL

ANEXO III – Modelo de Declarações Conjuntas

_____, inscrito no CNPJ sob o n.º _____, por intermédio de seu representante legal o (a) Sr. (a) _____, portador (a) da Carteira de Identidade n.º _____ e do CPF n.º _____, DECLARA, para os devidos fins e sob as penas da lei, que:

- 1) _____ cumpre plenamente os requisitos de habilitação;
- 2) _____ estar ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada está em conformidade com o edital e que o valor ofertado compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo;
- 3) _____ não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#);
- 4) _____ não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);
- 5) _____ cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, sobretudo no artigo 93 da Lei Federal n.º 8.213/1991.

(Local e data)

(assinatura do representante legal)

ANEXO IV – Modelo de Declarações / Enquadramento ME/EPP/MEI

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 04/2024

MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2024

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, por intermédio de seu representante legal Sr.(a) _____, portador do Documento de Identidade nº _____, inscrito no CPF sob o nº _____, DECLARA, sob as penas da Lei, que cumpre os requisitos legais para qualificação como _____(incluir a condição da empresa: Microempresa (ME), Empresa de Pequeno Porte (EPP) ou equiparada), art. 3º da Lei Complementar n.º 123/2006 e que não está sujeita a quaisquer dos impedimentos do § 4º deste artigo, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 a 49 da citada lei.

() Declaramos possuir restrição fiscal e trabalhista no(s) documento(s) de habilitação e pretendemos utilizar o prazo previsto no art. 43, § 1º da Lei Complementar nº. 123/2006, para regularização, estando ciente que, do contrário, decairá o direito à contratação, estando sujeita às sanções previstas no art. 81 da Lei Federal nº 8.666/93.

(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima)

(Local e data)

(assinatura do representante legal)

ANEXO V – Termo de Referência e planilha dos itens com os requisitos e especificações exigidos

TERMO DE REFERÊNCIA

19. INFORMAÇÕES BÁSICAS

Área Requisitante: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DA REGIÃO CENTRAL DE MINAS GERAIS – CIMCENTRAL e seus Municípios participantes.

20. NOTA EXPLICATIVA DE LEVANTAMENTO DE DEMANDA

Em anexo.

21. OBJETO

Registro de preço para a eventual Aquisição de cestas de natal a serem distribuídas no final do ano para os funcionários do CIMCENTRAL e dos Municípios consorciados, no período de 12 (doze) meses, conforme especificações mínimas e quantidades estabelecidas abaixo:

Lote	Descrição	Quant.	Valor médio	Valor total
01	Protect bag.	30.000		
	Caixa embarque.			
	Sacola importada reutilizável shopping bag.			
	Maionese com ovos, tradicional, sem corantes e aromas artificiais, sachê 200 gramas, embalagem contendo dados de identificação, data de fabricação e prazo de validade.			
	Azeitona verde sem caroço, salmoura (água e sal), pacote de 120 gramas, embalagem contendo dados de identificação, data de fabricação e prazo de validade.			
	Tapioca 500 gr.			

Massa para lasanha, direto ao forno, com ovos, pacote de 200 gramas, embalagem contendo dados de identificação, data de fabricação e prazo de validade.			
Castanha de caju, pacote de 30 gramas, embalagem contendo dados de identificação, data de fabricação e prazo de validade.			
Molho de tomate tradicional, sachê de 300 gramas, embalagem contendo dados de identificação, data de fabricação e prazo de validade.			
Creme de leite, conteúdo líquido 200 gramas, embalagem contendo dados de identificação, data de fabricação e prazo de validade.			
Doce de leite pastoso, tradicional, 500 gramas, embalagem contendo dados de identificação, data de fabricação e prazo de validade.			
Coco ralado em flocos, embalagem de 100 gramas, embalagem contendo dados de identificação, data de fabricação e prazo de validade.			
Milho verde em conserva, embalagem original com 175 gramas, embalagem contendo dados de identificação, data de fabricação e prazo de validade.			
Leite condensado, 395 gramas, embalagem contendo dados de identificação, data de fabricação e prazo de validade.			
Biscoito wafer, sabor chocolate, 100 gramas, embalagem contendo dados de identificação, data de fabricação e prazo de validade.			
Caixa de bombom, 250 gramas, contendo bombons variados como: bombons recheados com coco, bombons de chocolate ao leite, bombons de chocolate ao leite aerado, bombons			

<p>de chocolate branco com recheio de chocolate branco, bombons de chocolate recheado com leite maltado, bombons de chocolate recheado com amendoim caramelizado, bombons de chocolate com recheio sabor morango, bombons recheados cobertos com flocos e chocolate, bombons recheados cobertos com flocos e chocolate branco. Embalagem contendo dados de identificação, data de fabricação e prazo de validade.</p>			
<p>Panetone com recheio, sabor chocolate com avelã, gotas, cobertura e risca sabor chocolate, 500 gramas. Similar ou superior a Bauducco. Embalagem contendo dados de identificação, data de fabricação e prazo de validade.</p>			
<p>Biscoito de champagne, 150 gramas, tradicional, com açúcar cristal, embalagem contendo dados de identificação, data de fabricação e prazo de validade.</p>			
<p>Atum ralado mínimo de 150 gramas.</p>			
<p>Uvas passas sem sementes, 100 gramas. Embalagem contendo dados de identificação, data de fabricação e prazo de validade.</p>			
<p>Batata palha extra fina, 100 gramas. Embalagem contendo dados de identificação, data de fabricação e prazo de validade.</p>			
<p>Salaminho tipo italiano, fatiado, 100 gramas. Embalagem contendo dados de identificação, data de fabricação e prazo de validade.</p>			
<p>Pão de mel 180 gramas.</p>			
<p>Pêssego em caldas, 450 gramas, composto por: pêssegos em metades, água, açúcar, xarope de glicose, frutose e acidulante ácido cítrico. Não contém glúten. Embalagem contendo dados de identificação, data de fabricação e prazo de validade.</p>			

	Farofa de mandioca temperada, pronta para servir, 300 gramas. Não contém glúten. Não contém conservantes. Embalagem contendo dados de identificação, data de fabricação e prazo de validade.			
	Palmito picado 300 gramas.			
	Refrigerante de cola, igual ou superior a Coca-Cola, 1,5 litros. Embalagem contendo dados de identificação, data de fabricação e prazo de validade.			
	Creme de avelã com cacau tradicional. Pote de 140 gramas. Embalagem contendo dados de identificação, data de fabricação e prazo de validade.			
	Queijo parmesão ralado 50 gramas.			
02	Ave supreme/Chester temperada, peso variável de 3 a 3,6 kg.	30.000		
	Nuggets 300 gramas.			
	Torta de tender com cream cheese e alho poró, 500 gramas.			
	Linguiça mista cozida defumada 215 gramas.			
	Bolsa térmica, modelo tipo carteiro, capacidade 14 litros.			

A existência de preço registrado não obriga a Contratante a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a contratação pretendida, sendo assegurada ao beneficiário do Registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições

22. JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

É licita a concessão de cestas de natal para os servidores públicos, desde que obedecidos os princípios constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade e razoabilidade, haja previsão legislativa e prévia dotação orçamentária.

Essa concessão constitui uma complementação ou vantagem *in natura* e se faz aceitável, pois, preenchidos os requisitos, configura uma medida de valorização do servidor.

Para levantamento do quantitativo, foi considerado o número de servidores do consórcio e municípios consorciados. A contratação se dará por registro de preços uma vez que não se tem o quantitativo exato definido previamente a ser adquirido/contratado pelo ente, se enquadrando nos regramentos legais existentes, sendo que o SRP, possibilita maior economia de escala, uma vez que outros órgãos e entidades podem participar da mesma ARP, adquirindo em conjunto produtos ou serviços, atendendo assim ao princípio da Economicidade, aumenta a eficiência administrativa, pois promove a redução do número de licitações e dos custos operacionais durante o exercício financeiro, possibilita ainda a otimização dos processos de contratação de bens e serviços pela Administração, possibilita também que o fornecimento possa ocorrer somente quando surgir a necessidade em se adquirir os itens registrados, não obriga a adquirir os itens registrados, quer seja em suas quantidades parciais ou totais.

A presente ata de registro, será celebrada conforme especificações, quantidades e condições presentes neste termo de referência, com o CIMCENTRAL, por um período de 12 (doze) meses.

23. FORMA, PRAZO E LOCAL

O fornecimento será efetuado de acordo com a necessidade do órgão (parcelado, integral, etc.), com prazo de entrega não superior a 10 (dez) dias, contados a partir do recebimento da Nota de Empenho, Ordem de fornecimento, Nota fiscal ou da assinatura do instrumento de contrato, se for o caso.

No caso de produtos perecíveis, o prazo de validade na data da entrega não poderá ser inferior a 90 (noventa) dias do prazo total recomendado pelo fabricante.

Os bens relacionados ao CIMCENTRAL deverão ser entregues na sede do órgão, conforme solicitação do setor requisitante. Quanto à aquisição realizada pelos municípios consorciados, a entrega deverá ser feita no local e horário informado pelos mesmos.

24. CRITÉRIOS DE RECEBIMENTO DO OBJETO

Os bens/materiais/produtos/equipamentos serão recebidos: a) Provisoriamente, a partir da entrega, para efeito de verificação da conformidade com as especificações constantes do Edital e da proposta. b) Definitivamente, após a verificação da conformidade com as

especificações constantes do Edital e da proposta, e sua consequente aceitação, que se dará até 05 (cinco) dias do recebimento provisório.

Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações contidas neste Termo de Referência e na proposta.

O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos decorrentes da incorreta execução do contrato.

O recebimento do objeto dar-se-á definitivamente no prazo de 30 (trinta) dias úteis após a conclusão, uma vez verificada a execução satisfatória dos serviços, mediante termo de recebimento definitivo, ou recibo, firmado pelo fiscal do contrato.

Em caso de irregularidade não sanada pela contratada, a contratante reduzirá a termo os fatos ocorridos para aplicação de sanções.

25. PROCEDIMENTOS DE GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

O contrato ou instrumento equivalente oriundo desta contratação terá como responsável: Cléber Aparecido de Souza Silva, Secretário Executivo.

Compete ao Fiscal do Contrato acima identificado exercer a administração do contrato, com atribuições voltadas para o controle das questões documentais da contratação, quais sejam, verificar se os recursos estão sendo empenhados, acompanhar o prazo de vigência do contrato, verificar a necessidade e possibilidade da renovação/prorrogação, bem como estudar a viabilidade de realização de reequilíbrio econômico-financeiro e da celebração dos respectivos termos aditivos, etc. Também lhe compete exercer a verificação concreta do objeto, devendo o servidor designado verificar a qualidade e procedência da prestação do objeto respectivo, encaminhar informações ao gestor do contrato, atestar documentos fiscais, exercer o relacionamento necessário com a contratada, dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato, etc.

O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou

defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade do fornecedor/prestador de serviços, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com a Lei 14.133/2021.

26. DAS CONDIÇÕES DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS/FORNECIMENTO

O fornecimento será efetuado de acordo com a necessidade do Consórcio e demais municípios consorciados, através de requisições de compras assinadas e autorizadas pelo ente, no prazo máximo de 10 dias após recebimento da Nota de Autorização de Fornecimento.

27. AMOSTRA

Poderá ser exigido do licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar que apresente amostra do(s) item(s) licitados, para a verificação da compatibilidade com as especificações deste Termo de Referência.

As amostras deverão ser entregues, em acordo com a legislação pertinente, na sede do CIMCENTRAL, na Avenida Múcio José Reis, 2.600 – Centro – 35.700-640 – Sete Lagoas – Minas Gerais, no horário de 09:00hs às 16:00hs, tendo como responsável pelo recebimento o fiscal do contrato, no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas.

A amostra deverá estar devidamente identificada com o nome do licitante, número do Pregão, número do lote ou item, conter os respectivos prospectos e manuais, se for o caso, e dispor na embalagem de informações quanto às suas características, a saber: data de fabricação, prazo de validade, quantidade do produto, marca, número de referência, código do produto e modelo.

Os exemplares colocados à disposição da Administração serão tratados como protótipos, podendo ser manuseados, desmontados ou instalados, bem como conectados a equipamentos e submetidos aos testes necessários.

Os licitantes deverão colocar à disposição da Administração todas as condições indispensáveis à realização de testes e fornecer, sem ônus, os manuais impressos em língua portuguesa, necessários ao seu perfeito manuseio, se for o caso.

Será considerada aprovada a amostra que atender aos seguintes critérios:

Atender perfeitamente a descrição de tamanhos.

Possuir material de produção de acordo com o especificado.

Estar de acordo com as normas da ANVISA e ABNT naquilo que couber.

Será desclassificada a proposta do licitante que tiver amostra rejeitada ou não entregá-la no prazo estabelecido, mediante Laudo Técnico de análise das amostras expedido pelo setor requisitante.

Em caso de desclassificação da proposta vencedora serão solicitadas as amostras do segundo colocado e assim sucessivamente obedecida a ordem de classificação.

As amostras porventura apresentadas poderão ser retiradas pelos interessados até 30 (trinta) dias após a conclusão do procedimento licitatório, (homologação, revogação ou anulação). Decorrido esse prazo não mais poderão ser reclamadas, reservando-se o direito de utilizá-las, doá-las ou simplesmente descartá-las.

28. DOCUMENTAÇÃO

Habilitação jurídica, regularidade fiscal e trabalhista e qualificação econômico-financeira, a ser definido pelo Setor de Licitação.

29. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA, fornecido por pessoa jurídica, de direito público ou privado, em papel timbrado, que comprove a aptidão para fabricação e/ou fornecimento compatível em características e quantidades e prazos com o objeto, demonstrando que a empresa licitante executa ou executou, fornecimento de produtos da mesma natureza do ora licitado, observado o percentual mínimo fixado no edital. .

Poderão ser solicitada(s) cópia(s) de contrato(s), atestado(s), declaração(ões) ou outros documentos idôneos que comprove(m) as informações dos atestados apresentados, por meio de diligências.

Somente serão aceitos atestados de capacidade técnica expedidos após a conclusão do respectivo contrato ou decorrido no mínimo um ano do início de sua execução, exceto se houver sido firmado para ser executado em prazo inferior.

Poderão ser somados os quantitativos de atestados distintos, sendo considerado o conjunto, desde que o fornecimento tenha sido realizado no mesmo período, com vistas a atestar a capacidade operacional da empresa para desempenho de atividade pertinente e compatível com o objeto da licitação.

30. OBRIGAÇÃO DAS PARTES

OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

A Contratada obriga-se a:

Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições de qualidade, transporte e armazenamento conforme embalagem do produto, no prazo, em estrita observância das especificações do Edital e da proposta, acompanhado da respectiva nota fiscal constando detalhadamente as indicações da marca, fabricante, modelo, tipo e prazo de garantia;

Responsabilizar-se por quaisquer danos causados ao objeto enquanto o mesmo estiver nas dependências da contratada até a entrega para a Contratante;

Realizar, no caso da empresa vencedora, a entrega técnica, bem como manual de instruções e manutenção preventiva, fornecer toda a documentação técnica para futuras consultas.

Atender prontamente a quaisquer exigências dos municípios consorciados, inerentes ao objeto da presente licitação;

Comunicar aos municípios consorciados, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições autorizadas no Termo de Referência ou na minuta de contrato;

Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato.

OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

A Contratante obriga-se a:

Receber provisoriamente o objeto de locação, disponibilizando local, data e horário;

Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivos;

Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de servidor especialmente designado;

Efetuar o pagamento no prazo previsto.

31. SANÇÕES APLICÁVEIS

O descumprimento de quaisquer das cláusulas ou obrigações diretas ou indiretas decorrentes deste termo de referência poderá ensejar a aplicação das sanções previstas no respectivo Edital, Ata e/ou contrato.

32. CONDIÇÕES E FORMA DE PAGAMENTO

O pagamento será efetuado mensalmente, conforme quantitativo entregue, em até 30 (trinta) dias após a entrega do objeto, mediante apresentação da nota fiscal ou fatura hábil, acompanhada das certidões negativas, demonstrando a manutenção dos demais requisitos de habilitação.

O pagamento da Nota Fiscal fica vinculado a prévia conferência pelo fiscal do contrato.

As Notas Fiscais ou documentos que a acompanharem para fins de pagamento que apresentarem incorreções serão devolvidos à Contratada e o prazo para o pagamento passará a correr a partir da data da reapresentação dos documentos, considerados válidos pelo Contratante.

Nas Notas Fiscais deverão vir os dados bancários completos da Contratada, sob pena de não realização do pagamento até a informação dos mesmos, de obrigação da Contratada.

Para que os pagamentos possam ser efetuados, a contratada deverá apresentar, junto a nota fiscal de produtos/serviços, a seguinte documentação: Documentos comprobatórios da regularidade fiscal e regularidade trabalhista;

Sobre o valor devido ao contratado, a Administração efetuará as retenções tributárias cabíveis.

Quanto ao ISSQN, será observado o disposto na Lei Complementar nº 116, de 2003, e legislação municipal aplicável.

É vedado ao Contratado transferir a terceiros os direitos ou créditos decorrentes do contrato.

O pagamento dos valores devidos pela prestação de serviço será efetuado pelo contratante, até o 5º (quinto) dia, a partir da data da apresentação, pela contratada, de nota fiscal ou documento equivalente como “Nota de Autorização de Fornecimento” ou “Nota de Empenho”, conforme legislação vigente e pertinente ao objeto do presente termo.

A nota fiscal ou documento equivalente (“Nota de Autorização de Fornecimento” ou “Nota de Empenho”), deverá conter o número do Processo Licitatório e do Contrato firmado a que se referem e também os dados bancários para depósito do pagamento desta, acompanhada da cópia da respectiva ordem de compra.

A contratada deverá encaminhar mensalmente ao contratante, certidões para fins de comprovação de regularidade fiscal junto a Fazenda Federal, Estadual e Municipal, além da de FGTS e Trabalhista.

Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou documento equivalente (“Nota de Autorização de Fornecimento”, “Nota de Empenho” ou “Nota Fiscal”), ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará suspenso até que a contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para o contratante.

33. PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO E ÍNDICE DE REAJUSTE VIGÊNCIA DO CONTRATO

A Ata de Registro de Preços terá validade de 12 (doze) meses, a partir de sua assinatura.

Durante a vigência da Ata, os preços registrados serão fixos e irrevogáveis, exceto nas hipóteses decorrentes e devidamente comprovadas das situações previstas na Lei 14.133/2021.

Mesmo comprovada a ocorrência de situação de caso fortuito ou força maior decorrente de evento imprevisível ou previsível de consequências extraordinárias, o CONSÓRCIO, se julgar conveniente, poderá optar por cancelar a Ata e iniciar outro processo licitatório.

A existência de preços registrados não obriga o órgão gerenciador e nem os municípios consorciados usuários da Ata de Registro de Preços, a contratar, facultando-se a cada um destes, a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, assegurada preferência ao fornecedor registrado em igualdade de condições.

A licitante vencedora terá o prazo de até 05 (cinco) dias úteis para assinar a Ata, contados da convocação, por escrito, do CONSÓRCIO.

34. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Por tratar-se de licitação realizada através do Sistema de Registro de Preços, a dotação orçamentária será indicada em documento específico: contrato, nota de empenho, autorização de fornecimento ou outro documento equivalente.

35. DAS PROIBIÇÕES

É vedada a subcontratação de outra empresa para a execução dos serviços objeto do presente Termo de Referência.

36. DISPOSIÇÕES GERAIS

As dúvidas referentes a este Processo Licitatório poderão ser sanadas pelo Pregoeiro e Equipe de Pregão através do site licitardigital.com.br.

Sete Lagoas, 9 de outubro de 2024.

Cléber Aparecido de Souza Silva

Secretário Executivo

PARECER JURÍDICO Nº ____/2024

Assunto: Análise da juridicidade da contratação para registro de preços para aquisição de cestas de Natal.

Interessado: Consórcio Intermunicipal Multifinalitário da Região Central de Minas Gerais - CIMCENTRAL.

1. Consulta

O Consórcio Intermunicipal Multifinalitário da Região Central de Minas Gerais - **CIMCENTRAL** encaminha à Assessoria Jurídica a solicitação de análise sobre a **juridicidade** da contratação por meio de **pregão eletrônico**, na forma de **registro de preços**, para a eventual aquisição de **cestas de Natal** destinadas aos servidores do consórcio e dos municípios consorciados, com validade de 12 meses. O objetivo é garantir a distribuição dessas cestas no final do ano.

A presente consulta visa verificar a conformidade da contratação com a **Lei nº 14.133/2021** (nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos), especialmente no que tange à adequação da modalidade de licitação, à viabilidade do registro de preços e aos princípios constitucionais que regem a administração pública.

2. Análise Jurídica

2.1. Modalidade de Licitação

A modalidade eleita para o presente certame é o **Pregão Eletrônico**, na forma de **registro de preços**, o que está em consonância com a legislação vigente. Nos termos do **art. 6º, inciso XXXVIII** da Lei nº 14.133/2021, o pregão é aplicável para aquisição de **bens e serviços comuns**, definidos como aqueles cujas características possam ser objetivamente padronizadas, o que se aplica aos itens que compõem as cestas de Natal.

Além disso, o **art. 17 da Lei 14.133/2021** prevê a utilização do **pregão na forma eletrônica** para assegurar maior competitividade, transparência e economicidade.

Portanto, a escolha do **pregão eletrônico** como modalidade é juridicamente correta, especialmente considerando a necessidade de transparência, agilidade e ampla participação de fornecedores.

2.2. Registro de Preços

O **registro de preços** é uma sistemática que permite a contratação de bens ou serviços de forma **parcelada**, conforme a necessidade da administração, sem a obrigação de consumo imediato de todos os itens licitados, conforme disposto no **art. 82 da Lei 14.133/2021**. Essa metodologia é especialmente indicada para a aquisição de bens sazonais ou eventuais, como no caso das cestas de Natal, pois possibilita:

- Flexibilidade na aquisição, já que os bens poderão ser solicitados conforme as demandas dos municípios consorciados.
- Economia, ao permitir a realização de um único processo licitatório para atender a diversos entes municipais, com ganho de escala.
- Segurança jurídica, ao possibilitar que as aquisições ocorram dentro do prazo estabelecido, evitando a necessidade de novas licitações.

O **art. 84 da Lei 14.133/2021** permite que o registro de preços tenha vigência de até 12 meses, o que está em consonância com o planejamento da aquisição das cestas de Natal. O formato de registro de preços é, portanto, adequado para atender à demanda.

2.3. Princípios Constitucionais da Administração Pública

O processo licitatório proposto observa os princípios fundamentais da administração pública, previstos no **art. 37 da Constituição Federal** e reiterados na **Lei 14.133/2021**, em especial:

- **Legalidade:** O procedimento licitatório segue estritamente os dispositivos legais, especialmente os da nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos.
- **Impessoalidade:** A forma eletrônica do pregão assegura igualdade de condições a todos os participantes, garantindo que o julgamento se dê com base em critérios objetivos.
- **Moralidade e Probidade Administrativa:** A realização do pregão eletrônico, com critérios claros de julgamento, previne eventuais desvios de finalidade e assegura a integridade do processo.
- **Publicidade e Transparência:** A modalidade eletrônica favorece a ampla divulgação e o controle social sobre todas as etapas do certame.
- **Eficiência:** A aquisição via registro de preços promove a racionalização dos recursos públicos, permitindo a otimização do processo de compra e a economia de escala para os municípios consorciados.

2.4. Da Legitimidade da Aquisição das Cestas de Natal

As cestas de Natal destinam-se à valorização dos servidores do CIMCENTRAL e dos municípios consorciados, prática que é reconhecida como medida de incentivo funcional e de

promoção do bem-estar social. Além disso, a aquisição dos itens visa respeitar o **princípio da economicidade**, mediante processo licitatório transparente e competitivo.

Em razão da natureza da contratação, que se destina a um **benefício eventual** oferecido aos servidores, não há impedimentos jurídicos para a aquisição de bens como parte da política de incentivo funcional, desde que respeitadas as normas orçamentárias e os limites estabelecidos pelas legislações pertinentes.

3. Conclusão

Diante dos fatos analisados, **entendo pela juridicidade da contratação** por meio de pregão eletrônico, na forma de registro de preços, para a eventual aquisição de cestas de Natal, com base na Lei nº 14.133/2021 e no Decreto Federal nº 10.024/2019. O processo está em conformidade com os princípios constitucionais da administração pública, observando a legalidade, transparência, impessoalidade e eficiência.

Sugiro que o CIMCENTRAL siga com o trâmite do processo licitatório, observando rigorosamente as disposições legais, especialmente quanto à transparência e controle público sobre as fases de contratação.

Este é o parecer, salvo melhor juízo.

Sete Lagoas, 10 de outubro de 2024.

Consórcio Intermunicipal Multifinalitário da Região Central de Minas Gerais –
CIMCENTRAL

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DA REGIÃO CENTRAL DE MINAS GERAIS - CIMCENTRAL

AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 05/2024 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 02/2024

O Consórcio Municipal Multifinalitário da Região Central de Minas Gerais - CIMCENTRAL, torna pública a abertura do PROCESSO LICITATÓRIO Nº 05/2024 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 02/2024, cujo objeto consiste no “REGISTRO DE PREÇO PARA A EVENTUAL AQUISIÇÃO DE CESTAS DE NATAL A SEREM DISTRIBUÍDAS PARA OS FUNCIONÁRIOS DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DA REGIÃO CENTRAL DE MINAS GERAIS E DOS MUNICÍPIOS CONSORCIADOS”. Valor total estimado da licitação: R\$12.514.800,00 (doze milhões, quinhentos e quatorze mil e oitocentos reais). Limite para recebimento de documentação/propostas 11/11/2024 - 08:30h. Abertura das propostas e sessão pública: 11/11/2024 - 09:00h. Critério de Julgamento: Menor preço por lote. Modo de Disputa: Aberto; os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações. Local de Realização: Endereço eletrônico do site: www.licitardigital.com.br. O Pregão Eletrônico será realizado em sessão pública, por meio da INTERNET, mediante condições de segurança – criptografia e autenticação – em todas as suas fases através do Sistema de Pregão Eletrônico (licitações) da Licitar Digital. Informações: O edital poderá ser obtido na íntegra pelo site oficial deste consórcio, <https://cimcentral.com.br/>, e na plataforma de realização do pregão eletrônico www.licitardigital.com.br. Sete Lagoas/MG, 16 de outubro de 2024 – Cristian Felix Teixeira – Agente de Contratações.